



Boletim da Ordem dos Advogados

SUMÁRIO

— RELATÓRIO

Application de la déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction.

Relatório elaborado pelo Sr. Provedor de Justiça, Bastonário Almeida Ribeiro e aprovado pela unanimidade dos 42 países que estão representados na Comissão dos Direitos do Homem 1

— PROBLEMAS DA ADVOCACIA

Reúne-se um conjunto de problemas, de muito interesse para a classe, sobre as seguintes matérias: substituição do papel selado, o segredo profissional e o advogado de empresa, a prestação simultânea de serviços no mesmo processo, direito de comunicação do advogado e incompatibilidades para a inscrição como advogado 15

— SUBSTITUIÇÃO DO PAPEL SELADO

Por muitas vias chegaram à Ordem sugestões no sentido de, uma vez abolido o uso do papel selado, se simplificasse o regime que lhe sucedeu, por forma a torná-lo prático e útil. Foi então possível resumir as sugestões na carta que o Senhor Bastonário endereçou ao Senhor Ministro das Finanças que neste lugar se publica 15

EDITORIAL

Queridos colegas:

Passada a primeira época de actividade — e apenas porque interrompido pelo período das férias judiciais — pareceu-me útil fazer uma breve paragem para um «balançete» convosco, ainda que por tópicos, de alguns aspectos da actividade desenvolvida nestes primeiros (e longuíssimos) seis meses. Desculpem o pretensiosismo, que não tem outra intenção que não seja a de manter o mesmo estilo coloquial com os Colegas e de nos servir para uma reflexão do tipo «de onde vimos e para onde vamos?».

Relembrarei, pois:

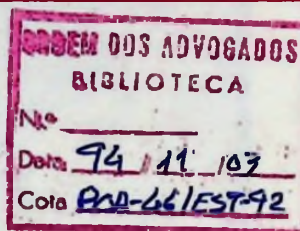
1. A primordial questão das FINANÇAS, sem cuja solução se arrastarão sem horizonte muitos problemas da Ordem, teve uma etapa importante na publicação do Dec-Lei n.º 214/87, a que nos referimos no anterior *Boletim*.

É certo, porém, que só parte da questão foi resolvida. Continua a esperar-se, como é razoável, que, tendo terminado a vigência do art.º 10.º do Dec-Lei n.º 49213, de 28.8.69 (que suspendera o art.º 87.º do Código das Custas), se resolva de vez o que se mantém pendente do tempo da sua vigência. E também os encargos financeiros dimanantes da participação da Ordem no Gabinete de Consulta Jurídica aguardam solução, que, enquanto não encontrada, desincentiva à extensão de tão importante iniciativa a outras áreas do País.

2. A reorganização dos SERVIÇOS, progressiva, mas necessariamente morosa, é preocupação permanente. Trata-se de uma modificação interna, que nos coloque na posição de Instituição cada vez melhor prestadora de serviços, porque actualizada e racionalizada. Tal escopo passou desde início pela criação do lugar de SECRETÁRIO-GERAL DA ORDEM (desempenhado com incedível competência e dedicação pela Sra. Dra. Adília Lisboa). Está em causa evidentemente a imagem da Ordem para com todos nós: resposta pronta, solução dos problemas. Mas há muito a fazer: esperamos que os aspectos das «famigeradas» cobranças de quotas, actualização de ficheiros e de outros métodos, continuação da informatização de serviços e criação de informatização jurídica sejam realidades próximas.

3. Foi concebida uma atenção desvelada à JURISPRUDÊNCIA DA ORDEM (refiro-me primordialmente à do Conselho Geral, já que não me compete fazê-lo sobre as do Conselho Superior e dos Conselhos Distritais em matéria disciplinar, como é óbvio). Aos delicados temas das INCOMPATIBILIDADES e dos LAUDOS foram votadas horas e horas de reflexão, para afinamento de critérios que os tornem cada vez mais claros e objectivos para os seus naturais destinatários. As publicações a esse respeito neste *Boletim* e na nossa prestigiada *Revista* são disso espelho.

(Continua na página 24)



MOMENTO HÁ MUITO TEMPO ESPERADO.
INTENSAMENTE DESEJADO. RESULTADO DE DIFÍCIL LUTA. O
INSTANTE PRECISO DO SUCESSO. OMEGA ESTÁ AQUI PRE-
SENTE COMO EM TODOS OS MOMENTOS CHAVE DA SUA VIDA.



OMEGA MARCA SEMPRE MOMENTOS CHAVE.
DOS JOGOS OLÍMPICOS. DA CONQUISTA DO
ESPAÇO. DE UMA VIDA REALIZADA COMO A
SUA. OMEGA CONSTELLATION. PARA OS DOIS

Ω
OMEGA

OURIVESARIA PORTUGAL

AGÊNCIA OFICIAL

LISBOA — Rossio 122 — AMOREIRAS Shop. Center — C. C. Pão de Açúcar — Alcântara

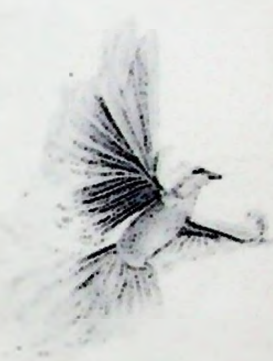
VOCÊ É UMA PESSOA COM CRÉDITO

ESTE É O SEU MEIO DE PAGAMENTO PESSOAL E INTERNACIONAL

Cartão Unibanco nacional ou internacional, individual ou de empresa, é o único cartão de crédito emitido em Portugal. Cartão Unibanco é o seu crédito muito pessoal, de acordo com as suas potencialidades. É um meio de pagamento nacional e internacional, aceite em mais de dez mil estabelecimentos comerciais de todo o país e em mais de cinco milhões de pontos de venda no estrangeiro.

O Cartão Unibanco FALA POR SI! Possui uma multitude de serviços, pensados exclusivamente para si. Além das vantagens conhecidas de Assistência Permanente em Viagem, pagamento em bombas de gasolina, Serviço Especial de Fotografia, Revista Unibanco, Mercado Unibanco, Edições de Arte, Torneio de Tênis, Enoteca, Clube de Vinhos, Serviço de Videoclube e Clube de Viagens, os titulares do cartão internacional têm acesso a serviços suplementares exclusivos: Telecompra de Viagens e Seguro de Viagem Aérea e Bagagem.

Cartão Unibanco FALA POR SI.



CARTÃO UNIBANCO

PEDIDO DE ADESÃO

CARTÃO NACIONAL CARTÃO INTERNACIONAL

Remeter para:

UNICRE Av. António Augusto de Aguiar, 122, 7.
Telef. 543 053.
1000 LISBOA

CONFIDENCIAL

B	C	E	N	P	R	S	2			

ESCREVA EM MAIÚSCULAS

IDENTIFICAÇÃO	1.1 Nome										
	1.2 Morada										
	1.3 Localidade e código postal							1.4 Telefone			
DADOS PESSOAIS	2.1 Local e data de nascimento				2.2 Número do bilhete de identidade			2.3 Estado civil			
	2.4 Firma onde trabalha				2.5 Categoria profissional			2.6 Vencimento mensal			
	2.7 Nome do cônjuge										
OUTROS DADOS	3.1 N.º de conta		3.2 Banco			3.3 Agência			3.4 Ordem <input type="checkbox"/> Prazo <input type="checkbox"/>		3.5 Ano de abertura
	3.6 Assinatura do cônjuge, se desejar 2.º cartão										
	3.7 NOME PARA GRAVAR NO CARTÃO (máximo 20 letras incluindo espaços)										

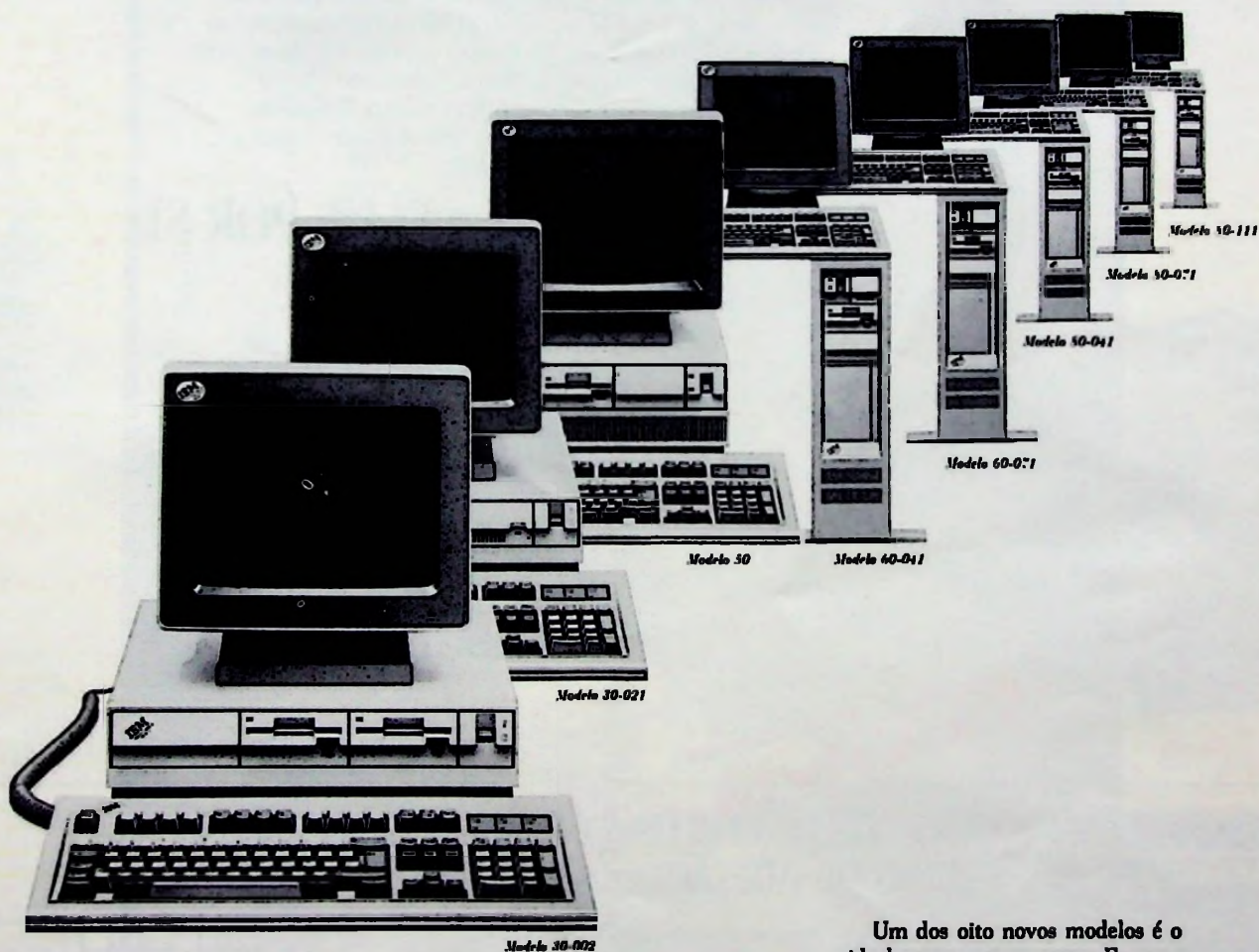
DATA ____ / ____ / ____

ASSINATURA _____

O. A.

Novidades IBM

O Personal System/2 e o futuro dos computadores pessoais



A IBM anuncia uma nova linha de produtos para redimensionar o futuro dos computadores pessoais: o IBM Personal System/2. É uma família constituída por oito elementos destinados a empresas de todas as dimensões.

O resultado é um novo tipo de computadores pessoais que lhe oferece as melhores possibilidades de sempre. Maior velocidade permitindo um trabalho mais rápido. Mais espaço para armazenamento permitindo o acesso a maiores quantidades de dados. Uma estrutura mais sofisticada permitindo executar várias tarefas simultaneamente. E monitores mais aperfeiçoados que possibilitam uma vasta escolha de cores e maior nitidez.

Um dos oito novos modelos é o ideal para a sua empresa. E para o ajudar na sua decisão, a IBM preparou um conjunto completo de informações sobre o produto. Ele refere tudo o que você necessita saber acerca de cada um dos modelos do IBM Personal System/2.

Visite um dos nossos Concessionários Autorizados e comece a trabalhar para um futuro mais brilhante da sua empresa.



A nova família: concebida para o presente e para o futuro.

No Personal System/2, a IBM combina a sua experiência em computadores pessoais e em grandes sistemas.



O Microprocessador Intel 80386: um dos processadores mais rápidos do mundo.



APPLICATION DE LA DECLARATION SUR L'ÉLIMINATION DE TOUTES LES FORMES D'INTOLERANCE ET DE DISCRIMINATION FONDÉES SUR LA RELIGION OU LA CONVICTION

Rapport présenté par M. Angelo Vidal d'Almeida Ribeiro, Rapporteur spécial nommé conformément à la résolution 1986/20 de la Commission des droits de l'homme

O lugar de Relator Especial para os Casos de Intolerância Religiosa foi criado pela Comissão dos Direitos do Homem da ONU (Genève) em Março de 1986, tendo votado a favor 26 países, abstendo-se 12 e votado contra 5.

O Relatório, elaborado pelo Sr. Provedor de Justiça, Bastonário Almeida Ribeiro, foi aprovado pela unanimidade dos 43 países que estão representados na Comissão dos Direitos do Homem, incluindo os 5 que haviam votado contra a criação do lugar, que ocorreu em Março do ano em curso, tendo o mandato do Relator Especial sido prorrogado por mais um ano (até Março de 1988). Apreciaram o Relatório 57 oradores, entre delegados, observadores e organizações não governamentais.

A escolha do nome do Relator Especial foi feita a título pessoal, sem intervenções governamentais ou de canais diplomáticos, sendo certo que a pessoa escolhida havia sido Delegado de Portugal na C.D.H. nos anos de 1979, 80 e 81.

I - INTRODUCTION

1. La question de l'intolérance et de la discrimination fondées sur la religion ou la conviction fait, depuis de nombreuses années, l'objet d'une attention particulière au sein de l'Organisation des Nations Unies. Or, en dépit du fait que le droit à la liberté de religion et de conviction est reconnu, en tant que l'un des droits fondamentaux de l'homme, dans plusieurs instruments internatio-

naux, force est de constater que le phénomène de l'intolérance en matière de croyance ou de conviction continue à se manifester de façon préoccupante dans de nombreuses régions du monde. Certes, il s'agit d'un phénomène fort ancien, qui a déjà causé, au cours de l'histoire de l'humanité, de lourdes pertes humaines en provoquant de nombreuses guerres et de sanglantes répressions. Il est d'ailleurs assez paradoxal que de telles manifestations d'intolérance se soient produites au

nom de religions et de croyances qui, pour la plupart, prônent avant tout le respect des valeurs humaines et l'amour du prochain. A cet égard, on ne peut négliger le fait que les adeptes d'une religion ou conviction donnée ont souvent tendance à considérer celle-ci comme la seule manifestation valable de la vérité. Cette caractéristique, qui équivaut au refus d'accepter le droit de chacun à la différence, constitue sans nul doute l'une des racines profondes de l'intolérance et de la discrimination fondées

sur la religion ou la conviction. Un certain nombre d'autres causes de ce phénomène ont également été recensées, notamment les préjugés, les caractéristiques socio-ethniques faisant souvent de la religion un facteur essentiel d'identité, ou le besoin de désigner un bouc émissaire responsable de divers maux sociaux et économiques.

2. De nombreuses études ont été réalisées sous les auspices des Nations Unies afin de déterminer les facteurs favorisant l'intolérance religieuse. On peut citer, entre autres, l'étude présentée en 1959 par M. Arcot Krishnaswami, Rapporteur spécial de la Sous-Commission de la lutte contre les mesures discriminatoires et de la protection des minorités sur les mesures discriminatoires dans le domaine de la liberté de religion et des pratiques religieuses (1), et le rapport élaboré par Mme Elizabeth Odio Benito (E/CN.4/Sub.2/1987/26), également mandatée par la Sous-Commission, sur les causes profondes et les dimensions actuelles des problèmes généraux d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction. De même, le séminaire sur la promotion de la compréhension, de la tolérance et du respect dans les domaines se rapportant à la liberté de religion ou de conviction, organisé par le Centre pour les droits de l'homme à Genève du 3 au 14 Décembre 1984 (ST/HR/SER.A/16), a également contribué à déterminer les racines et la nature des manifestations d'intolérance en matière de religion ou de conviction. C'est pourquoi le propos du présent rapport n'est pas d'analyser les causes de l'intolérance religieuse, mais plutôt de tenter de dégager une sorte d'inventaire des contradictions que l'on peut relever à l'heure actuelle entre les dispositions législatives existant au niveau international en matière de protection et de promotion du droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion, et la persistance, dans toutes les parties du monde, d'incidents et de mesures gouvernementales incompatibles avec ces dispositions.

3. Depuis 1945, de nombreuses instances au sein de l'Organisation des Nations Unies se sont efforcées d'élaborer des normes internationales afin d'inciter les États à poursuivre l'un des objectifs fondamentaux de l'Organisation qui est, selon la Charte, de développer et d'encourager le respect des droits de l'homme et des libertés fondamentales pour tous, sans distinction de race, de sexe, de langue ou de religion. Cet objectif se retrouve dans le préambule de la Déclaration universelle des droits de l'homme, où il est déclaré que «l'avènement d'un monde où les êtres humains seront libres de parler et de croire, libérés de la terreur et de la misère a été proclamé comme la plus haute aspira-

«... sinon à circonscrire entièrement, du moins à atténuer la portée d'un fléau dont les effets se font ressentir partout à travers le monde.»

PHOTOS © TIME / «CIRCUIT DE L'ÉTHIQUE»



tion de l'homme». De même l'article 2 de la Déclaration universelle exclut notamment toute discrimination fondée sur la religion lorsqu'il stipule que «chacun peut se prévaloir de tous les droits et de toutes les libertés proclamés dans la présente Déclaration, sans distinction aucune...». Le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion est proclamé à l'article 18 de la Déclaration universelle, qui qualifie ainsi ce droit:

«... ce droit implique la liberté de changer de religion ou de conviction ainsi que la liberté de manifester sa religion ou sa conviction, seul ou en commun, tant en public qu'en privé, par l'enseignement, les pratiques, le culte et l'accomplissement des rites.»

4. Les Pactes internationaux relatifs aux droits de l'homme contiennent également des dispositions concernant la liberté de conscience et de religion. On peut à cet égard se référer à l'article 18 du Pacte international relatif aux droits civils et politiques, qui proclame le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion; à l'article 4, paragraphe 2, du même Pacte qui confère un caractère fondamental à ce droit, en n'y autorisant aucune dérogation; et à l'article 13 du Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels qui, à son paragraphe 1, stipule que «l'éducation doit... favoriser la compréhension, la tolérance et l'amitié entre toutes les nations et tous les groupes raciaux, ethniques ou religieux...», et, au paragraphe 3, proclame l'engage-

ment des États parties de respecter la liberté des parents «... de faire assurer l'éducation religieuse et morale de leurs enfants conformément à leurs propres convictions».

5. D'autres instruments internationaux relatifs aux droits de l'homme ont également des clauses concernant la lutte contre l'intolérance et la discrimination en matière de religion ou de conviction; c'est entre autres le cas de la Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale, de la Convention de l'Organisation internationale du travail concernant la discrimination (emploi et profession); et de la Convention de l'UNESCO concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement.

6. En 1962, l'Assemblée générale a approuvé pour la première fois l'idée d'un instrument des Nations Unies portant spécifiquement sur la question de l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction. Deux documents distincts ont alors été envisagés: une déclaration et une convention internationale.

7. En 1972, l'Assemblée générale a décidé d'accorder la priorité à la mise au point de la déclaration avant de reprendre l'examen du projet de convention internationale. À partir de 1974, la Commission des droits de l'homme a examiné à chacune de ses sessions annuelles la question du projet de déclara-



tion, jusqu'en 1981, date à laquelle la Commission a adopté le texte d'un projet de déclaration présenté la même année, par l'intermédiaire du Conseil économique et social, à l'Assemblée générale.

8. Le 25 Novembre 1981, l'Assemblée générale a proclamé la Déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction dans laquelle l'Assemblée, considérant qu'il était essentiel «de contribuer à la compréhension, à la tolérance et au respect en ce qui concerne la liberté de religion ou de conviction», s'est déclarée résolue à «prendre toutes les mesures nécessaires pour éliminer rapidement toutes les formes et manifestations de cette intolérance et à prévenir et combattre toute discrimination fondée sur la religion ou la conviction».

9. Si la Déclaration de 1981 n'a pas, sur le plan strictement juridique, un caractère obligatoire, on peut toutefois considérer qu'elle constitue, aux yeux des États qui y ont adhéré, un instrument au caractère moralement contraignant. De plus, la Déclaration reprend et expose en détail ce qu'est le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion, droit que les États ayant ratifié les instruments internationaux cités plus haut sont tenus juridiquement de faire respecter sur leur territoire, et elle énonce les mesures nécessaires pour assurer la jouissance de ce droit.

10. Il est donc indéniable qu'il existe des normes juridiques internationales

garantissant le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion. De telles garanties se retrouvent également, au niveau interne, dans les nombreuses législations nationales, que ce soit dans les textes constitutionnels ou d'autres dispositions législatives, ainsi qu'a pu le constater avec satisfaction le Rapporteur spécial nommé conformément à la résolution 1986/20 de la Commission des droits de l'homme, à l'examen des communications que lui ont adressées plusieurs gouvernements. Il ressort également de ces communications que bon nombre d'États expriment le souci d'assurer le respect du droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion, et qu'un certain nombre d'entre eux ont mis en oeuvre des mesures concrètes visant à faire respecter et promouvoir ce droit, telles que l'établissement de mécanismes de conciliation en matière de religion, la non-interférence de l'État dans la conduite des affaires religieuses, ou l'encouragement du dialogue entre les diverses dénominations.

11. Il n'en demeure pas moins qu'un bref aperçu de la situation actuelle suffit à démontrer clairement la persistance du phénomène de l'intolérance et de la discrimination fondées sur la religion ou la conviction, ainsi que l'étendue et la gravité de ces manifestations. C'est dans ce contexte que le Rapporteur spécial s'est efforcé, sur la base des informations qu'il a pu recueillir auprès de diverses sources, de dégager les facteurs qui, concrètement, représentent une entrave à l'application des dispositions de la Déclaration, pour amorcer ensuite un inventaire des diverses violations de ces dispositions, ainsi que, sur un plan plus général, des autres violations des droits de l'homme découlant de l'intolérance et de la discrimination en matière de religion et de conviction. C'est en se fondant sur ces observations concrètes que le Rapporteur spécial a tenté de formuler un certain nombre de recommandations visant, sinon à circonscrire entièrement, du moins à atténuer la portée d'un fléau dont les effets se font ressentir partout à travers le monde.

II — MANDAT DU RAPPORTEUR SPÉCIAL

12. Depuis l'adoption, en novembre 1981, de la Déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction, la question des mesures nécessaires pour mettre en oeuvre les dispositions de la Déclaration a été considérée, à la demande de l'Assemblée générale, par la Commission des droits de l'homme et la Sous-Commission de

la lutte contre les mesures discriminatoires et de la protection des minorités. Il a déjà été question plus haut de l'étude entreprise par Mme Odio Benito, Rapporteur spécial de la Sous-Commission, sur les causes profondes et les dimensions actuelles des problèmes généraux d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction.

13. Le 10 mars 1986, la Commission des droits de l'homme a adopté la résolution 1986/20, par laquelle elle s'est déclarée «gravement préoccupée par les informations dignes de foi parvenant fréquemment de toutes les parties du monde, qui révèlent qu'en raison de mesures gouvernementales, la Déclaration n'est pas encore universellement appliquée» (troisième paragraphe du préambule) et par laquelle elle a décidé, compte tenu des incidents et des mesures gouvernementales incompatibles avec les dispositions de la Déclaration, «... de nommer pour un an un rapporteur spécial chargé d'examiner ces incidents et ces mesures et de recommander les mesures à prendre pour remédier aux situations ainsi créées, notamment, ...l'encouragement d'un dialogue entre les communautés confessionnelles ou les groupes de croyants et les gouvernements de leur pays» (par. 2).

14. En outre, le Rapporteur spécial «...recueillera des renseignements crédibles et dignes de foi...» (par. 4), et il est invité à «... s'acquitter de sa tâche avec discrétion et indépendance» (par. 7).

15. La Commission a demandé au Rapporteur spécial de lui soumettre un rapport «... sur ce qu'il aura fait au sujet des questions relatives à l'application de la Déclaration... accompagné de ses conclusions et de ses recommandations» (par. 8).

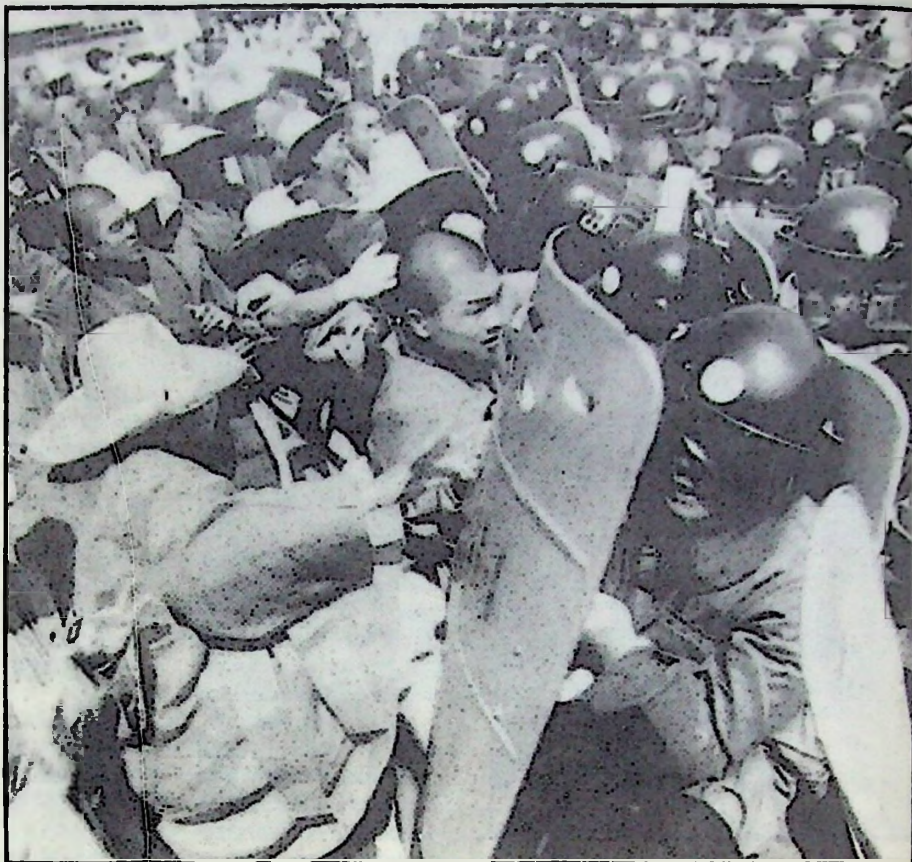
16. Le Président de la Commission, après consultation des membres du Bureau, a nommé M. Angelo Vidal d'Almeida Ribeiro Rapporteur spécial.

17. Aux termes des dispositions de la résolution 1986/20 de la Commission des droits de l'homme, il apparaît clairement que la Déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction constitue le cadre et la référence de base de l'activité du Rapporteur spécial, déterminant en substance les limites de cette activité. Il s'agit en effet d'évaluer les incidents et mesures gouvernementales en matière d'intolérance en fonction de leur incompatibilité avec les dispositions de la Déclaration.

18. La Déclaration proclame le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion, impliquant la liberté d'avoir et de manifester, sans contrainte, la religion ou conviction de son choix et de la manifester individuellement ou en commun, en public ou en privé, par le culte

et l'accomplissement des rites, les pratiques et l'enseignement (art. premier). Toute distinction, exclusion, restriction ou préférence fondées sur la religion ou la conviction sont prohibées (art. 2 et 3). Les Etats sont tenus de prendre des mesures efficaces pour prévenir et éliminer toute discrimination fondée sur la religion ou la conviction, et d'adapter leurs législations en conséquence (art. 4). La Déclaration traite ensuite du droit des parents d'élever leurs enfants selon la religion ou conviction de leur choix, du droit des enfants d'accéder, en matière de religion ou de conviction, à une éducation conforme aux vœux de leurs parents, et de la protection des enfants contre toute forme de discrimination fondée sur la religion ou la conviction (art. 5). Elle énumère également, de façon non exhaustive, un certain nombre de libertés découlant de la jouissance du droit à la liberté de pensée, de conscience, de religion ou de conviction (art. 6). La Déclaration stipule aussi que les droits et libertés qu'elle proclame «sont accordés dans la législation nationale d'une manière telle que chacun soit en mesure de jouir desdits droits et libertés dans la pratique» (art. 7).

19 La tâche du Rapporteur spécial consiste donc essentiellement à évaluer la mise en oeuvre de la Déclaration sur le plan pratique, en mettant en lumière l'existence et l'étendue des incidents et mesures incompatibles avec ses dispositions (voir chap. IV). Le Rapporteur spécial n'a pas jugé opportun, au stade actuel de ses travaux, de citer les pays au sujet desquels des allégations ont été formulées concernant des manifestations d'intolérance en matière de religion ou de conviction. Il estime en effet qu'il aurait été contraire aux exigences de l'objectivité de citer des pays sans leur avoir communiqué auparavant une description des allégations les concernant afin de leur permettre d'apporter des clarifications. Il a considéré qu'il était prioritaire d'identifier les problèmes, de souligner leur ampleur et leurs graves implications. La mise en évidence de ces problèmes, d'une façon qui tienne compte des impératifs de discrétion et d'indépendance mentionnés par la résolution 1986/20 de la Commission des droits de l'homme, peut, en elle-même, contribuer à amorcer un processus permettant de remédier aux questions d'intolérance et de discrimination. Il est clair qu'un tel processus ne saurait être mené à bien sans une ferme détermination de toutes les parties concernées à mettre en oeuvre un certain nombre de mesures concrètes. C'est pourquoi le Rapporteur spécial s'est efforcé, conformément à son mandat, de recommander les mesures à prendre pour remédier aux situations révélant des incompatibilités avec les dispositions de la Déclaration (voir chap. V).



«Les allégations d'intolérance et de discrimination portées à la connaissance du Rapporteur spécial concernent les adeptes d'une grande variété de religions et sectes...»

III — ORGANISATION DES TRAVAUX

20 Conformément aux dispositions du paragraphe 4 de la résolution 1986/20 de la Commission des droits de l'homme, selon lesquelles le Rapporteur spécial «... recueillera des renseignements crédibles et dignes de foi auprès des gouvernements ainsi que des institutions spécialisées et des organisations intergouvernementales et non gouvernementales, notamment communautés confessionnelles et groupes de croyants», une demande d'information a été adressée, le 29 août 1986, dans une note verbale aux gouvernements et des lettres aux organes des Nations Unies, institutions spécialisées et organisations intergouvernementales et non gouvernementales concernées.

21. À la date du 10 décembre 1986, des réponses avaient été reçues des gouvernements suivants: Allemagne, République fédérale d', Belize, Bolivie, Brésil, Colombie, Equateur, Espagne, États-Unis d'Amérique, Finlande, Iraq, Israël, Maurice, Mexique, Nouvelle-Zélande, Ouganda, Panama, Pérou, Pologne, République dominicaine, Suède, Trinité-et-Tobago, Turquie, Union des Républiques socialistes soviétiques.

22. Les organes suivants des Nations Unies ont également répondu: Fonds des Nations Unies pour l'enfance, Haut

Commissariat des Nations Unies pour les réfugiés, Université des Nations Unies.

23. Des réponses ont également été reçues des institutions spécialisées suivantes: Organisation internationale du Travail, Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture.

24. L'Organisation des États américains a aussi répondu.

25. Les organisations non gouvernementales ci-après, dotées du statut consultatif auprès du Conseil économique et social ou sur la liste ont aussi répondu: Amnesty International, Association internationale pour la défense de la liberté religieuse, Comité consultatif mondial de la Société des amis, Commission internationale des juristes, Communauté internationale baha'ie, Commission des Églises pour les affaires internationales du Conseil oecuménique des Églises, Conseil des points cardinaux, Fédération luthérienne mondiale, Fédération PEN, International Federation for the Protection of the Rights of Ethnic, Religious, Linguistic and Other Minorities, Minority Rights Group, Survivance internationale, Union internationale humaniste et laïque, Union interparlementaire, Union mondiale pour un judaïsme libéral.

26. En outre, le Rapporteur spécial a reçu, de diverses autres sources religieuses ou laïques, des renseignements

aisant état d'allégations concernant des violations des dispositions de la Déclaration dans de nombreux pays.

27. Dans l'exercice de son mandat, le Rapporteur spécial a reçu à Lisbonne des membres d'organisations non gouvernementales et des individus. Il s'est rendu à Genève pour consultations au Centre pour les droits de l'homme en juillet, octobre et novembre 1986. Au cours de ces consultations, il a reçu l'observateur permanent du Saint-Siège auprès de l'Office des Nations Unies à Genève et des représentants d'organisations non gouvernementales, à savoir la Fédération luthérienne mondiale; la Commission des Églises pour les affaires internationales du Conseil oecuménique des Églises; la Communauté internationale baha'ie; Pax Romana; l'Union mondiale pour un judaïsme libéral. Il a participé, en sa qualité de Rapporteur spécial, à une conférence sur la tolérance pour la diversité de religion ou de conviction, organisée par l'Université de Minnesota à Minneapolis, du 19 au 22 octobre 1986, à laquelle ont participé des représentants des principaux systèmes idéologiques contemporains. A cette occasion, le Rapporteur spécial s'est entretenu avec des représentants du Minnesota Lawyers International Human Rights Committee. Il s'est également rendu aux États-Unis d'Amérique, en décembre 1986, à l'invitation d'associations religieuses et laïques américaines.

IV — ANALYSE DES INFORMATIONS RECUEILLIES

28. Sur la base des renseignements qu'il a pu obtenir des diverses sources citées ci-dessus, le Rapporteur spécial s'est efforcé d'établir une vue d'ensemble des incidents et des mesures gouvernementales incompatibles avec les dispositions de la Déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction. Il va de soi que ce tableau ne saurait être complet ni exhaustif, ni englober toutes les situations révélant une incompatibilité avec les dispositions de la Déclaration; l'analyse des informations reçues, en effet, démontre clairement l'extrême étendue et variété de ces situations, qu le Rapporteur spécial a pu, jusqu'à présent, relever dans plus de 40 pays et sous des formes très diverses. Les allégations d'intolérance et de discrimination portées à la connaissance du Rapporteur spécial concernent les adeptes d'une grande variété de religions et sectes, à savoir: adeptes de Hare Krishna, adeptes de religions tribales ou autochtones, Adventistes du septième jour, Ahmadis, Araméens, Arméniens, Assyriens, Baha'is, baptistes, bouddhistes, catholi-

ques romains, catholiques uniates, cophtes, évangélistes, hindous, juifs, musulmans, orthodoxes, pentecôtistes, protestants, sikhs, Témoins de Jéhovah. Afin de dégager les tendances et caractéristiques générales du problème de l'intolérance religieuse tel que défini aux termes de la Déclaration, les informations recueillies ont été regroupées selon plusieurs critères: d'une part, les facteurs dont la présence semble représenter un obstacle à l'application des dispositions de la Déclaration ont été dégagés; en second lieu, divers types de violations des dispositions de la Déclaration ont été identifiés compte tenu des articles pertinents de celle-ci; enfin, des indications ont été fournies sur l'incidence négative des violations des dispositions de la Déclaration sur la jouissance de divers droits de l'homme.

A) Facteurs entravant l'application de la Déclaration 1. Dispositions législatives

29. Si l'examen approfondi des lois et règlements nationaux concernant la liberté de religion ou de conviction n'entre pas dans le cadre du présent mandat, traitant plus particulièrement des incidents et mesures concrètes mettant cette liberté en cause, il apparaît qu'il existe une relation indéniable entre certaines dispositions législatives et l'occurrence d'incidents ou mesures révélant une certaine intolérance en matière de religion ou de conviction.

30. La présence, nécessaire et souhaitable, dans les constitutions ou autres textes de législation nationale, de dispositions consacrant le principe de la liberté de religion et de conviction, ne représente toutefois pas une garantie absolue du respect de ce principe, et il existe malheureusement de nombreux cas où des persécutions ou autres manifestations d'intolérance religieuse ont eu lieu en dépit de l'adoption de telles dispositions législatives. Un tel état de choses rend d'autant plus alarmante l'existence, dans les législations de certains pays, de dispositions remettant en cause ou atténuant la portée de ce principe, en contradiction avec la Déclaration de 1981.

31. Si le cas d'un pays dont sa législation proclame qu'il est «le premier État athée du monde» et où la religion a été décrétée illégale par un acte parlementaire fait figure d'exception, on dénote toute une série de dispositions législatives dans divers pays, qui remettent plus ou moins sérieusement en cause le principe de la liberté de religion et de conviction tel que défini par la Déclaration, ou font entrave à son application dans la pratique.

32. Certaines dispositions législatives entraînent, de fait, une certaine discrimination dans l'exercice des droits et li-

bertés religieuses que peut attendre des degrés divers. Dans certains cas, la Constitution reconnaît une religion donnée comme religion officielle ou religion d'État, lui conférant ainsi un statut particulier. Parfois, c'est une idéologie donnée qui reçoit ce statut officiel entraînant certains avantages par rapport à d'autres dénominations ou croyances. Ainsi, certaines législations sanctionnent toute tentative de changer la nature laïque de l'État, ou reconnaissent le droit à la propagande antireligieuse sans tolérer celui à la propagande religieuse. Parfois, la reconnaissance d'une ou de plusieurs religions par la législation se fait au détriment d'autres dénominations ou croyances; ainsi, dans certains pays la loi énumère les dénominations reconnues et les place sous contrôle étatique; ou bien, elle favorise le monothéisme au détriment d'autres croyances; dans certains cas, la Constitution détermine les minorités religieuses auxquelles sont octroyées un statut légal, à l'exclusion des autres. La discrimination atteint son degré extrême lorsque la loi dénonce certaines religions ou dénominations comme étant illégales et sanctionne le fait d'y appartenir ou de les pratiquer.

33. Dans certains cas, le principe de la liberté de conscience et de religion est soumis par la législation à certaines restrictions. Ainsi, l'exercice de ce droit doit parfois s'accomplir conformément aux stipulations de la loi. Certains pays stipulent dans leur législation l'interdiction du prosélytisme, ou considèrent la conversion ou l'apostasie comme un délit ou un crime. Enfin, certaines lois sanctionnent les activités religieuses désapprouvées par l'État.

2. Politique gouvernementale

34. Outre les dispositions législatives, l'attitude adoptée par les autorités gouvernementales sur les questions de religion ou de conviction peut grandement influencer l'application des principes énoncés par la Déclaration. Les informations recueillies dénotent de nombreuses instances où la politique mise en oeuvre par le gouvernement va à l'encontre des idéaux de tolérance et de respect de la liberté de croyance et de religion. Cette politique peut soit s'exercer directement au moyen de décrets et directives du gouvernement, ou encore se traduire par des tensions plus ou moins violentes entre agents gouvernementaux et partisans d'une religion ou croyance, soit agir indirectement par le biais d'une incitation et d'un encouragement à l'intolérance.

35. Certains pays ont entrepris des campagnes d'assimilation forcée de minorités religieuses, ce qui peut impliquer la modification arbitraire de nome,

de lieux ou de personnes ayant une connotation propre à une religion donnée. Dans de nombreux cas, les bâtiments ou locaux religieux ont été confisqués, reconvertis à d'autres usages ou, parfois, démolis sous divers prétextes, comme celui de la nécessité de reconstruire certains quartiers. Parfois, des agents mandatés par les gouvernements se livrent à des attaques contre des maisons de particuliers appartenant à une religion ou secte non agréée par les autorités. Dans certains pays, des affrontements se produisent entre les forces de l'ordre et des éléments partisans d'une croyance donnée. Dans ces mêmes pays, des décrets gouvernementaux peuvent limiter certaines pratiques religieuses ou culturelles et vestimentaires étroitement associées aux valeurs religieuses. Parfois, les restrictions gouvernementales s'appliquent à toutes les pratiques religieuses; ainsi, dans un pays, les périodes au cours desquelles les activités et rites religieux peuvent s'accomplir sont fixées par décret; dans plusieurs autres, l'État dispose d'une série de mécanismes institutionnels lui permettant d'intervenir dans des questions à caractère purement ecclésial. Dans d'autres, par contre, ce sont une ou plusieurs religions ou sectes particulières qui sont visées. Ainsi, une secte ou religion peut-elle être expressément bannie par décret. Dans un pays, des déclarations ou mémorandums provenant des plus hautes autorités de l'État proclament le caractère illégal ou condamnable d'une certaine religion; dans un autre, les décrets adoptés par divers ministères dénie en pratique aux membres d'une religion non reconnue officiellement tout statut légal et toute protection juridique. Un autre exemple est celui d'un pays où les membres d'une secte à qui leurs convictions religieuses interdisent toute activité politique sont tenus, au cours de contrôles organisés par le gouvernement, de présenter leur carte d'appartenance au parti au pouvoir. Enfin, dans de nombreux cas l'intransigeance gouvernementale mène à l'arrestation, l'emprisonnement et parfois aux sévices et brutalités exercés par des agents gouvernementaux contre les tenants d'une croyance particulière.

36. L'intolérance religieuse en tant que politique gouvernementale peut prendre des formes plus insidieuses et moins directes, qui n'ont pas moins néfastes pour autant. Très souvent, ce sont les médias contrôlés par le gouvernement ou ayant l'aval de celui-ci qui, par des articles hostiles, s'efforcent de dénoncer, déprécier ou ridiculiser des valeurs religieuses ou de calomnier les dirigeants spirituels d'une communauté religieuse. Dans un pays, une campagne de presse orchestrée par le gouvernement a été systématiquement

entreprise afin de discréditer aux yeux de l'opinion publique les autorités religieuses. Dans un autre, certains auteurs se sont vus critiqués dans la presse pro-gouvernementale pour avoir prôné dans leurs écrits des valeurs spirituelles. Parfois, les autorités s'efforcent de favoriser une idéologie ou une tendance religieuse particulière au détriment des autres, en les mettant en valeur dans les écrits contrôlés par le gouvernement. Ainsi, dans un pays, l'étude de la science de la religion a été introduite dans le programme scolaire, dans ce qui a été perçu par les autorités religieuses comme un effort pour faire primer le rationnel sur le spirituel; dans un autre, les élèves sont incités, dans les livres scolaires, à éviter certaines croyances religieuses au profit des principes généraux composant l'idéologie officielle du régime. Dans un certain pays, l'État a encouragé la création d'une église parallèle à celle déjà existante, lui accordant un statut relativement privilégié tout en conservant sur elle un étroit contrôle. Dans un autre pays, l'incitation par le gouvernement à l'intolérance religieuse envers une religion donnée prend la forme de serments dénonçant les adhérents à cette religion, que les citoyens doivent signer afin d'obtenir un passeport ou un emploi administratif.

37. Enfin, le gouvernement peut, par son attitude, encourager ou inciter certains éléments à faire preuve d'intolérance religieuse. Ainsi, dans un pays, c'est avec l'encouragement actif du gouvernement que les organisations de jeunesse ont entrepris une destruction systématique des édifices religieux tels qu'églises et mosquées. Dans un autre pays, on rapporte des incidents, tels que la conversion forcée à la religion officielle et l'attaque de temples sacrés, où auraient pris part des agents gouvernementaux. Dans plusieurs pays, les membres de communautés proscrites font l'objet de sévices et de brutalités de la part de leurs concitoyens, sans que l'État n'intervienne. Ainsi, dans un pays où les adhérents à une secte proscrite sont soumis à de graves persécutions, aucune condamnation n'a jamais été prononcée par un tribunal pour une offense perpétrée contre un membre de cette secte. Un autre exemple de complicité tacite des autorités gouvernementales avec les partisans de l'intolérance est celui d'un pays où le gouvernement a autorisé des éléments opposés à une secte religieuse à tenir une conférence ayant pour sujet l'abrogation des préceptes de cette secte.

3. Facteurs politiques, économiques et culturels

38. Certains facteurs d'ordre politique, économique ou culturel contri-



buent à créer un climat où la défiance et l'intolérance religieuse peuvent trouver un terrain favorable. Les aspirations religieuses se voient parfois assimilées à des sentiments d'appartenance à une ethnie ou nationalité particulière, et font pour cette raison l'objet de suspicion et de restrictions de la part des autorités qui les considèrent comme facteurs de divisions et germes de séparatisme. Ainsi, dans un certain pays, il semble que la politique antireligieuse du régime ait eu des objectifs essentiellement nationalistes, et ait été entreprise principalement afin d'éliminer les religions grecque orthodoxe et catholique tenues pour facteurs de division dans un pays à majorité musulmane. Dans un autre pays, c'est l'appartenance à l'islam qui est considéré par les autorités comme un obstacle à la loyauté envers le parti dominant. Ailleurs, c'est une minorité ethnique qui reproche au clergé d'user de son influence pour aviver les frustrations de l'ethnie majoritaire rivale. Dans un autre pays, c'est encore dans le but déclaré d'assurer l'intégration dans l'ensemble national des communautés «étrangères et isolées» que certaines traditions religieuses amnistes sont combattues au profit du développement d'une religion monothéiste fondée sur la croyance en un Dieu unique. Dans un autre cas, il semble que les croyants de certaines religions fassent l'objet de persécutions non seulement à cause de la fermeté de leurs convictions ce qui en soi est en contradiction avec l'idéologie officielle, mais surtout parce qu'ils sont identifiés avec des éléments «séparatistes». Enfin, dans un État à caractère multinational, les manifestations de ferveur religieuse sont toutefois perçues par les autorités comme le reflet de tendances nationales et séparatistes.

«...L'incompréhension réciproque et les haines religieuses viennent se greffer sur d'autres motifs de désaccord pour perpétuer une situation de conflit et de violence continue.»

sympathies considérés comme non conformes aux valeurs prônées par les instances dirigeantes.

41. Dans certains cas, les préceptes propres à une religion ou secte donnée mettent en contradiction les devoirs religieux des fidèles et leurs obligations civiques. Ainsi, dans plusieurs pays, les adhérents à une secte font l'objet de répression en raison de leur refus, pour conviction religieuse, de saluer de drapeau national ou de chanter l'hymne national.

42. Les facteurs économiques peuvent également provoquer ou aggraver l'incompréhension ou le refus de la tolérance religieuse. Ainsi, les tensions intercommunautaires qui sévissent à l'heure actuelle dans plusieurs pays, provoquant parfois de graves troubles, ont souvent pour origine, outre les clivages et dissensions d'ordre purement religieux, des causes économiques. Parfois, les membres d'une minorité religieuse occupent une position économique privilégiée dans la société, provoquant le ressentiment de la majorité. Ce ressentiment se traduit alors par une hostilité marquée envers les tenants de cette religion minoritaire et, partant, envers cette religion elle-même.

43. Parfois, les facteurs économiques et culturels se juxtaposent pour provoquer une incompréhension envers des valeurs religieuses particulières. Ainsi notamment, dans plusieurs pays où subsistent des populations autochtones ayant conservé leurs traditions religieuses ancestrales, des considérations d'ordre économique ont parfois primé sur le respect de ces traditions. Par exemple, on peut citer l'appropriation par l'État, dans le but affirmé d'assurer le développement économique de certaines régions définies comme «arrières», de terres considérées sacrées pour les exigences religieuses de certaines tribus. Ou encore, l'établissement de sites touristiques, de barrages ou autres installations utilitaires considérées par des populations autochtones comme profanant le caractère inviolable de lieux que ces populations assimilent à des sanctuaires. De même, les exigences de certains rituels, comme une utilisation particulière de la flore et de la faune dans certaines religions où l'ensemble de la nature est considéré comme sacré, se heurtent souvent à l'incompréhension culturelle et au refus des autorités.

4. Refus de la tolérance entre les religions et croyances

44. Si l'attitude des gouvernements et divers facteurs juridiques, politiques, économiques et culturels peuvent, dans une grande mesure, entraver l'application de la Déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction, il semble toutefois que ce soit parfois dans l'attitude sectaire et intransigeante des tenants d'une certaine religion ou croyance que l'on puisse déceler l'origine de situations et incidents incompatibles avec les dispositions de la Déclaration. Un grand nombre d'incidents dont le Rapporteur spécial a pu prendre connaissance, soit par l'intermédiaire des médias, ou dans les documents qui lui ont été communiqués, font état d'affrontements, parfois sanglants, mettant aux prises les membres de communautés religieuses diverses. Ainsi, dans un certain nombre de pays à caractère multiconfessionnel, la coexistence entre religions diverses ne se fait pas toujours sans heurt. On peut à ce propos relever le cas d'un pays périodiquement secoué par de graves émeutes à l'origine desquelles on trouve des incidents impliquant les tenants de fois diverses, comme le bombardement, à coup de pierres, de processions religieuses, l'attaque contre des lieux sacrés ou des individus appartenant à une communauté rivale. Les violences interconfessionnelles dans ce pays se soldent généralement par de lourdes pertes humaines. Dans un autre pays multiconfessionnel, où la guerre civile sévit depuis plus de 10 ans, l'incompréhension réciproque et les haines religieuses viennent se greffer sur d'autres motifs de désaccord pour perpétuer une situation de conflit et de violence continue. D'autres exemples encore viennent témoigner de la persistance, à l'époque contemporaine, de haines religieuses dont l'origine remonte à des temps anciens.

45. Outre ces conflits impliquant, de façon plus ou moins directe, des communautés entières dans des luttes religieuses, on relève également dans certains cas l'influence déterminante d'éléments extrémistes ou fanatiques dans les milieux religieux, qui contribuent, par une attitude intransigeante, et par l'exigence d'une interprétation stricte et littérale de certains préceptes religieux, à entretenir un climat d'intolérance et de refus du dialogue, soit à l'égard des tenants d'autres religions ou croyances, soit à l'égard de coreligionnaires considérés comme moins fidèles à cette interprétation stricte préconisée par les éléments extrémistes et accusés par eux de déviation et de trahison. On peut citer en exemple à cet égard les incidents qui ont mis aux prises, dans plusieurs

39. Il arrive également qu'en raison des liens existant entre les institutions d'une communauté religieuse à l'intérieur d'un pays et leurs équivalents à l'extérieur, les membres de cette communauté soient assimilés à des «agents de l'étranger» et considérés, selon le cas, comme des espions, des agents du colonialisme, de l'impérialisme ou du sionisme. Ainsi, dans un pays, les missionnaires étrangers sont traités de «saboteurs de la révolution», et les liens que l'Église entretenait, à l'époque coloniale, avec la métropole, lui sont maintenant reprochés. Dans un autre pays, le gouvernement tente de justifier ses activités à l'encontre d'une communauté religieuse en diffusant des allégations selon lesquelles cette communauté serait une organisation d'espionnage à caractère politique, soutenue par l'Occident et pro-sioniste. Ailleurs, plusieurs membres d'une minorité nationale sont détenus pour motifs religieux en raison de la loyauté dont ils font preuve à l'égard du chef spirituel en exil de leur communauté religieuse. Dans un autre pays, il est reproché aux membres d'une secte d'avoir parmi leurs dirigeants des étrangers opposés aux lois du pays.

40. Un autre reproche à caractère politique qui est parfois fait aux tenants d'une religion et qui contribue à restreindre leur liberté de croyance est l'allégation d'intervention dans les affaires non religieuses sous forme de critique des politiques gouvernementales. Dans plusieurs pays, les autorités craignent que les groupements religieux ne parviennent à regrouper et canaliser les opinions dissidentes, et assimilent de ce fait certains dirigeants religieux avec des opposants ou dissidents, leur reprochant des écrits, des attitudes ou des

pays, et au nom de plusieurs religions monothéistes, les éléments intégristes partisans d'une certaine interprétation de la religion et les forces de l'ordre, à la suite de manifestations et d'incidents tels que des attentats, l'explosion de bombes, le pillage ou la mise à feu d'édifices ou d'objets considérés par les éléments extrémistes comme autant de symboles de valeurs religieuses ou athées non conformes aux préceptes qu'ils tiennent pour sacrés.

B) Violations des droits définis par la Déclaration

1. Violations du droit d'avoir, de manifester et de pratiquer la religion ou conviction de son choix (art. premier et 6 de la Déclaration)

46. L'article premier, paragraphe 1, de la Déclaration qualifie le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion comme impliquant «la liberté d'avoir une religion ou n'importe quelle conviction de son choix, ainsi que la liberté de manifester sa religion ou sa conviction, individuellement ou en commun, tant en public qu'en privé, par le culte et l'accomplissement des rites, les pratiques et l'enseignement». L'article premier, paragraphe 2, ajoute que «nul ne subira de contrainte pouvant porter atteinte à sa liberté d'avoir une religion ou une conviction de son choix». Le paragraphe 3 du même article limite les restrictions à la liberté de manifester sa religion ou conviction à des cas précisés par la loi et justifiables par des impératifs de sécurité publique, d'ordre public, de santé, de morale ou de respect des libertés et droits fondamentaux d'autrui.

47. Quant à l'article 6 de la Déclaration, il illustre diverses libertés qui, entre autres, sont impliquées dans le droit à la liberté de pensée, de conscience, de religion ou de conviction. Le Rapporteur spécial s'efforcera ici de suivre les dispositions de la Déclaration pour voir dans quelle mesure les droits et libertés qui y sont énoncés sont, dans la pratique, respectés et mis en oeuvre.

48. En ce que concerne le droit fondamental d'avoir la religion ou conviction de son choix (art. premier) ainsi que la liberté de la manifester par la pratique d'un culte et de tenir des réunions s'y rapportant et d'entretenir des lieux à ces fins [art. 6^o, a)], force est de constater qu'ils font l'objet de nombreuses violations de par le monde.

49. Parfois, le droit même à avoir la religion ou conviction de son choix est violé. Ainsi, dans quelques pays, plusieurs personnes ont été emprisonnées pour s'être converties à la religion de leur

choix. Dans un autre pays, toutes sortes de pressions, y compris l'emprisonnement et la torture, sont exercées contre les tenants d'une foi pour les forcer à abjurer. Ailleurs encore, il est interdit aux membres d'une communauté considérée comme hérétique par la majorité religieuse de se réclamer de cette religion majoritaire, à laquelle ils estiment appartenir.

50. Dans de nombreux cas, ce sont les manifestations de la religion ou conviction qui sont réprimées: dans un certain pays, il est contraire à la loi de prier, que ce soit en privé ou en public. Dans d'autres, des sanctions interviennent à l'encontre fidèles qui participent à des prières ou manifestent leur foi en public. Parfois, c'est en démolissant, fermant ou convertissant à d'autres usages les lieux de culte et de réunions religieuses qu'on fait obstacle, en pratique, à l'exercice du culte. Ainsi, dans un pays, tous les lieux de culte on-ils été supprimés. Parfois, un contrôle étatique existe sur l'établissement de nouvelles paroisses; dans un cas, l'autorisation de l'Etat est requise pour que les prêtres ordonnés puissent exercer leur sacerdoce. Les restrictions à l'exercice de la liberté de religion et de conviction peuvent prendre d'autres formes: ainsi, un pays restreint l'exercice de la liberté de culte en semaine, et interdit les réunions religieuses en dehors des lieux officiellement reconnus comme lieux de culte; un autre a proscrit la tenue de réunions religieuses dans certaines régions pour une certaine durée. Ailleurs, l'exercice du culte est interdit aux communautés qui ne sont pas officiellement enregistrées, ou encore, ce sont les réunions religieuses auxquelles participent les enfants et les jeunes qui doivent faire l'objet d'une permission officielle. Les restrictions à la manifestations de la foi peuvent aussi prendre la forme de vexations et persécutions diverses, allant de l'exécution, et de l'emprisonnement de fidèles, au harcèlement de participants à des pèlerinages ou autres réunions religieuses. Enfin, les limitations peuvent concerner un ou plusieurs aspects particuliers de l'exercice de la foi. C'est notamment le cas, dans plusieurs pays, d'objecteurs qui refusent, par conviction religieuse, le port de l'uniforme ou l'accomplissement d'obligations militaires, et sont sanctionnées pour cette raison; c'est aussi le cas de l'interdiction, dans certain pays, de pratiques tribales religieuses particulières.

51. La liberté de fonder et d'entretenir des institutions charitables ou humanitaires appropriées [art. 6, b)] est mise en cause lorsqu'une religion ou secte est interdite par la loi, ce qui est malheureusement le cas de plusieurs dénominations dans plusieurs pays. En outre, cette liberté est parfois expressément restreinte ou déniée. Dans un

pays où une communauté religieuse a été déclarée illégale, un décret interdit aux membres de cette dénomination de poursuivre toute activité communautaire. Dans un autre pays où l'enregistrement des religions et sectes auprès des autorités officielles est posé comme condition à l'exercice légal des manifestations religieuses, cet enregistrement équivaut en pratique à renoncer à la liberté de fonder des entreprises charitables et humanitaires. Dans un autre pays encore, un décret du Ministère de la justice a officiellement déclaré une commission religieuse ayant pour but la promotion sociale, et a transféré ses propriétés à l'Etat.

52. La liberté de confectionner, d'acquérir et d'utiliser, en quantité adéquate, les objets et le matériel requis par les rites ou les usages d'une religion ou d'une conviction [art. 6^o, c)] est également soumise à restriction dans la pratique. Ainsi, dans un pays, la loi interdit de détenir des objets religieux. Dans un autre, des personnes on fait l'objet d'arrestation, à une certaine époque actuellement révolue, simplement parce que l'on avait découvert chez elle des photographies d'un dirigeant spirituel, ou pour la possession d'écritures et d'images saintes. Des membres d'une certaine communauté religieuse qui fait l'objet de persécution dans un pays on été emprisonnées pour avoir déployé, sur des édifices, des bannières ou des insignes, leur article de foi. Ailleurs, les efforts des fidèles pour importer le Livre saint de leur religion on été sanctionnés par des mauvais traitements et des emprisonnements. Dans un autre pays également, plusieurs cas de restriction à cette liberté on été rapportés, telle l'arrestation de plusieurs membres d'une communauté religieuse, pour avoir fait fonctionner en secret une presse afin de publier des images saintes et des calendriers; ou le fait que l'utilisation de certains objets rituels ait été retenue parmi les charges invoquées en justice à l'encontre de membres d'une certaine secte; ou enfin l'interdiction, faite aux membres d'une autre religion, de fabriquer ou d'exporter des objets rituels, et les limitations apportées à l'approvisionnement en nourriture rituelle. Enfin, dans un autre pays, des directives stipulent que certains emblèmes et signes religieux doivent disparaître des lieux publics.

53. La liberté d'écrire, d'imprimer et de diffuser des publications sur ces sujets [art. 6, d)] n'est pas non plus toujours respectée. Les restrictions à l'exercice de cette liberté se manifestent de diverses façons: censure de publications religieuses, interdiction de journaux et revues religieux, restrictions apportées à la circulation de livres religieux, interdiction, sous peine d'emprisonnement, de publier, reproduire ou



«...la liberté de manifester sa religion ou sa conviction, individuellement...»

distribuer de la littérature religieuse, confiscation de littérature religieuse importée, autodafés de livres religieux.

54. Il en va de même pour la *liberté d'enseigner une religion ou une conviction dans les lieux convenant à cette fin* [art. 6^o, e)]. On peut citer à cet égard l'exemple d'un pays où l'enseignement religieux n'est toléré qu'en privé; des informations provenant de ce même pays font état des obstacles à l'enseignement d'une langue dans laquelle s'accomplit tout le rituel liturgique d'une certaine religion. Cet enseignement y est rendu extrêmement difficile, sinon impossible, pour les adhérents à cette religion, et les enseignants de cette langue sont en proie à diverses mesures restrictives. Dans un autre pays, il a été décrété que l'enseignement d'une foi interdite par la loi constitue une offense criminelle, et, par conséquent, les classes d'instruction de cette foi ont été supprimées.

Ailleurs, un contrôle et des restrictions sont exercés à l'encontre de certaines écoles religieuses. Dans un autre pays, des peines de prison ont été prononcées contre les organisateurs et les participants à l'enseignement d'une nouvelle école religieuse.

55. *La liberté de solliciter et de recevoir des contributions volontaires, financières et autres, de particuliers et d'institutions* [art. 6^o, f)] est également mise en cause dans certains cas. Ainsi, dans un pays, où les activités d'une communauté religieuse sont fondées sur des contributions volontaires des membres de la communauté, les autorités ont décrété qu'un fonctionnaire membre de cette communauté, qui avait contribué financièrement à ces activités, avait agi illégalement puisque son salaire provenait de fonds gouvernementaux. Dans un autre pays, il est stipulé par décret que le fait d'extorquer de force des contributions ou taxes au bénéfice d'organisations religieuses ou de ministres du culte constitue un crime aux yeux de la loi; pourtant, dans ce même pays, des croyants qui subsistaient financièrement grâce aux contributions volontaires des membres de leurs congrégations ont fait l'objet de poursuites judiciaires. Enfin, dans certains cas, c'est la façon dont les congrégations religieuses peuvent disposer de leurs ressources financières qui est soumise à un contrôle étatique.

56. *La liberté de former, de nommer, d'élire ou de désigner par succession les dirigeants appropriés, conformément aux besoins et aux normes de toute religion ou conviction* [art. 6^o, g)] fait aussi l'objet de restrictions particulières. Ainsi, dans un pays, aucun prêtre n'a été ordonné depuis 40 ans. Dans plusieurs autres pays, où la reconnaissance légale des dénominations religieuses est soumise à l'approbation des autorités étatiques, la liberté de former et désigner les dirigeants spirituels est souvent limitée. Ainsi, dans l'un de ces pays, les membres du clergé doivent obtenir une licence délivrée par l'État pour pouvoir officier, et toutes les promotions doivent être approuvées par les autorités. Seul un nombre limité de candidats reçoivent ces licences, qui peuvent être révoquées à tout instant sans justification. Les restrictions à la formation de dirigeants religieux peuvent entraîner un sérieux manque d'effectifs parmi le clergé. Ceci même parfois à la dépendance accrue de certains groupes religieux envers des «frères laïques» pour assurer le ministère de paroisses individuelles. Or, ces «frères laïques» ne sont pas toujours reconnus officiellement par les autorités, ce qui peut entraîner des poursuites judiciaires pour pratique illicite.

57. *La liberté d'observer les jours de repos et de célébrer les fêtes et cérémo-*

nies conformément aux préceptes de sa religion ou de sa conviction [art. 6^o, h)] revêt une importance particulière du fait qu'elle permet aux fidèles de pratiquer un ensemble de rites et coutumes religieux ayant souvent également des connotations d'ordre culturel et traditionnel. Or, c'est justement souvent cette dimension culturelle qui est considérée avec suspicion par les autorités et combattue par elles. Ainsi, dans un certain pays, la pratique religieuse de la circoncision des enfants mâles n'est pas permise; de même, des obstacles sont dressés à l'encontre de traditions religieuses telles que la célébration du mariage et des cérémonies funèbres selon les rites d'une religion. Dans un autre pays, certains rites et cérémonies propres aux religions tribales ont été pros crits. Ailleurs encore, il est en pratique extrêmement difficile aux croyants d'une certaine religion d'enterrer leurs morts selon le rituel religieux. Parfois, on constate un conflit d'intérêt entre les exigences religieuses et celles de la santé, en particulier dans le cas des enfants. Ainsi, dans un pays, la jurisprudence a tranché dans certains cas à l'encontre des pratiques rituelles lorsque celles-ci étaient considérées comme mettant directement en danger la vie d'enfants. Parfois encore, le conflit provient du fait que les autorités ne tiennent pas compte, dans certains domaines, des exigences de la religion en matière de jours de repos. Ainsi, dans un pays, un recours a-t-il été présenté aux autorités pour que les membres d'une secte puissent être exemptés de passer des examens un certain jour de la semaine, considéré selon leur foi comme jour de repos absolu, ce que ces autorités ont d'ailleurs accepté.

58. Enfin, *la liberté d'établir et de maintenir des communications avec des individus et des communautés en matière de religion ou de conviction aux niveaux national et international* [art. 6^o, i)] est également parfois ignorée par les autorités qui, comme cela a été évoqué plus haut au chapitre IV, section A.3, ont dans certains cas tendance à assimiler les membres de communautés ayant des communications avec des individus ou communautés en matière religieuse au niveau international à des «agents de l'étranger». Au niveau national également, certains pays interdisent les conférences religieuses, ou les prêches publics pour lesquels une autorisation officielle n'a pas été requise, ou font obstacle à divers contacts établis par des croyants en vue de propager leur foi religieuse. Un autre exemple de restriction est celle qui s'exerce sur la tenue de congrès au niveau local ou national; ainsi, dans un pays donné de tels congrès, qui d'après la loi peuvent être réunis par permission spéciale, n'ont, de facto, lieu que très rarement.

2. Traitement discriminatoire sur la base de la religion ou de la croyance (art. 2 et 3 de la Déclaration)

59. L'article 2 de la Déclaration interdit la discrimination pour cause de religion ou d'autres convictions à l'égard de quiconque de la part d'un État, d'une institution, d'un groupe ou d'un individu quelconque. L'intolérance et la discrimination fondées sur la religion ou la conviction sont définies, aux termes de la Déclaration, comme « toute distinction, exclusion, restriction ou préférence fondées sur la religion ou la conviction et ayant pour objet ou pour effet de supprimer ou de limiter la reconnaissance, la jouissance ou l'exercice des droits de l'homme et des libertés fondamentales sur une base d'égalité ». L'article 3 renforce la portée de cette interdiction de la discrimination pour des motifs de religion ou de conviction en tenant cette discrimination pour « une offense à la dignité humaine et un désaveu des principes de la Charte... », et comme « un obstacle aux relations amicales et pacifiques entre les nations ».

60. En dépit de ces dispositions, l'examen des informations et documents parvenus au Rapporteur spécial font état de nombreux cas de discrimination fondée sur la religion ou la conviction. Cette discrimination, qui peut atteindre des degrés plus ou moins graves, s'exerce dans divers domaines, tels ceux des droits civils et politiques (administration de la justice, droit de vote, etc.) ou ceux des droits économiques, sociaux et culturels (emploi, santé, logement, éducation, entre autres).

61. Dans le domaine des droits civils et politiques, certains cas révélant de graves violations du principe de non-discriminations. Dans un pays, les adeptes d'une foi bannie sont privés du droit fondamental à la protection juridique et du droit au recours en justice. Ainsi par exemple, dans plusieurs cas les tribunaux de ce pays, tout en ayant explicitement reconnu l'occurrence de crimes, envers des membres de cette communauté bannie, ont stipulé que les victimes étaient des « infidèles », n'ayant aucun droit à la protection prévue par la loi religieuse de ce pays, et que par conséquent aucune compensation ne serait attribuée à leurs familles. À propos d'un autre pays, de sérieux doutes ont été exprimés quant à l'objectivité et aux conditions dans lesquelles se sont tenus des procès qui ont été intentés à plusieurs membres d'une communauté religieuse décrétée illégale, et qui dans plusieurs cas ont abouti à l'imposition de sentences capitales. Dans un autre pays également, des témoignages font état de l'indulgence particulière des au-



« ...qui peut atteindre des degrés plus ou moins graves. »

torités envers les responsables présumés de meurtres et autres exactions à l'égard des membres d'une minorité religieuse. Enfin, dans plusieurs pays, le droit à la participation aux affaires publiques est remis en cause du fait que la pratique d'une religion exclut l'accès des fidèles au parti politique prédominant, condition nécessaire à toute position dans le domaine public.

62. La jouissance des droits économiques, sociaux et culturels peut également faire l'objet de discrimination fondée sur la religion et la conviction.

63. Dans le domaine de l'emploi, cette discrimination peut atteindre des degrés variés. Dans un pays donné, la fédération syndicale a critiqué le fait qu'une disposition de la loi sur la protection des travailleurs et de l'environnement du lieu de travail ait été rédigée de telle sorte que les employeurs puissent interroger les demandeurs d'emploi sur leurs opinions religieuses entre autres, lorsque de telles opinions n'ont pas d'incidence sur les qualifications requises pour un emploi donné. Si l'on peut comprendre ces réticences syndicales, visant à éviter toute éventualité de discrimination, il est par ailleurs clair que, dans d'autres pays, la situation en matière de discrimination sur la base de la

religion ou d'autres convictions est nettement plus préoccupante. Parfois, le fait d'appartenir à une communauté religieuse peut compromettre les chances de promotion et de réussite socioprofessionnelle; dans d'autres cas, ce sont les travaux particulièrement pénibles et éprouvants qui sont réservés aux membres d'une minorité religieuse; ailleurs, le boycottage des magasins tenus par des membres d'une minorité religieuse a été instauré par une directive gouvernementale. Enfin, c'est dans certains cas la possibilité même d'avoir un emploi qui est compromise pour motifs religieux. Ainsi, dans un certain pays, le gouvernement a exigé d'employeurs privés qu'ils congédient leurs employés, adeptes d'une certaine secte, et il a donné à certains départements administratifs l'instruction d'établir des listes de membres de cette secte employés dans ces départements. Dans un autre pays, de nombreux fonctionnaires adeptes d'une foi ont été démis de leurs fonctions pour appartenance à cette foi; des fonctionnaires à la retraite se sont vu retirer leur pension pour le même motif; de plus, dans ce même pays, un décret a été adopté exigeant des anciens fonctionnaires adeptes de cette foi qu'ils reversent à l'État le montant des salaires reçus en tant que fonctionnaires.

64. La discrimination peut également se faire sentir dans l'exercice du droit à la santé. Ainsi, dans un pays, l'accès aux soins médicaux est refusé aux membres d'une communauté religieuse. De même, des obstacles sont parfois mis, pour raisons religieuses, aux possibilités de logement. Ainsi, dans un certain pays, on a parfois constaté un refus, pourtant strictement illégal selon les lois de ce pays, d'accorder un logement à des croyants. De même, des locaux utilisés, parfois avec autorisation légale, pour des réunions religieuses ont été attaqués, avec bris de fenêtres et portes enfoncées.

65. La discrimination dans le domaine de l'éducation peut prendre diverses formes. Elle peut s'exercer sous forme de vexations subies à l'école par des enfants de croyants de la part des enseignants ou des autres élèves; dans certains pays, les jeunes croyants sont écartés de l'accès aux études supérieures. Parfois, la découverte de l'appartenance d'un étudiant à une certaine dénomination religieuse peut entraîner son expulsion de l'université. Ailleurs, les femmes appartenant à une certaine congrégation religieuse n'ont pas le droit de suivre des cours pour devenir infirmières. Dans un pays, l'accès même à l'éducation est dénié aux membres d'une secte bannie; en effet, un décret du Ministère de l'éducation y stipule que l'accès aux établissements d'enseignement est réservé aux membres des religions officiellement reconnues. Aussi des centaines d'étudiants de tous niveaux, primaire, secondaire et supérieur, ont-ils été expulsés des établissements scolaires pour appartenance à cette secte. Il a été proposé aux étudiants de cette secte de les réadmettre à condition qu'ils abjurent leur foi.

3. Violations du droit d'élever les enfants conformément à la religion ou conviction du choix des parents (art. 5 de la Déclaration)

66. Aux termes de l'article 5, paragraphe 1, de la Déclaration, les parents ou tuteurs légaux de l'enfant ont le droit d'organiser la vie au sein de la famille conformément à leur religion ou conviction. D'autre part, l'article 5, paragraphe 2, reconnaît à tout enfant le droit d'accéder, en matière de religion ou de conviction, à une éducation conforme aux vœux de ses parents ou tuteurs, et de ne pas être contraint à recevoir un enseignement relatif à une religion ou conviction contre les vœux de ceux-ci. Il est stipulé, dans ce paragraphe, que l'intérêt de l'enfant est le principe directeur en la matière. De même, l'article 5, paragraphe 3, insiste sur la nécessité de protéger l'enfant contre toute discrimi-

nation fondée sur la religion ou la conviction, et de l'élever dans un esprit de compréhension et de tolérance à l'égard des convictions d'autrui.

67. En ce qui concerne l'organisation de la vie familiale conformément à la religion ou conviction de son choix, et en tenant compte, ainsi que le précise l'article 5, paragraphe 1, de l'éducation morale conformément à laquelle les parents ou tuteurs légaux estiment que l'enfant doit être élevé, plusieurs exemples prouvent clairement que ce principe n'est pas toujours respecté. Ainsi, dans un certain pays, les parents appartenant à une communauté ethnique et religieuse particulière sont empêchés par la force, en dépit de leurs convictions, de pratiquer sur leurs enfants certains rites religieux, comme la circoncision des enfants mâles, ou de leur donner des noms correspondant à leurs traditions religieuses. Dans un autre pays, les jeunes filles issues de familles d'une certaine minorité religieuse sont parfois contraintes, contrairement aux vœux de leurs familles et à leur propre gré, d'épouser des membres de la religion majoritaire et d'embrasser leur foi. Un autre exemple est celui d'un pays où les membres d'une communauté non reconnue, dans l'impossibilité de faire valoir aux yeux des autorités la légitimité de la cérémonie du mariage accomplie selon leurs rites religieux, se trouvent en situation irrégulière selon la loi, leurs enfants étant donc considérés comme illégitimes. Dans ce même pays on a relevé plusieurs cas d'enlèvement d'enfants de cette communauté religieuse ôtés de force à leurs parents. De même, dans un autre pays, il semble que les autorités aient séparé des enfants de leurs parents appartenant à une secte religieuse non enregistrée officiellement, afin d'empêcher les parents d'élever leurs enfants selon leurs convictions religieuses.

68. Le droit d'accès des enfants à une éducation conforme aux vœux des parents ou tuteurs en matière de religion ou conviction fait aussi l'objet de violations dans de nombreux cas. Ainsi, dans plusieurs pays, l'État impose certaines limites à la jouissance de ce droit. Dans un cas, l'endoctrinement religieux des enfants n'est toléré qu'en privé dans le cadre de la famille; de même, des limitations apparaissent en pratique lorsque, par exemple, l'enseignement de la langue religieuse d'une minorité n'est pas toléré, officiellement, pour les adeptes de cette minorité religieuse. Dans un autre cas, l'éducation religieuse fait l'objet d'un contrôle strict de la part des autorités. Ailleurs, une décision ministérielle stipule qu'aucune école religieuse où se fait l'enseignement des préceptes d'une certaine foi ne peut fonctionner avant d'avoir reçu un emplacement précis et une autorisation

ministérielle, et que toutes ces écoles sont soumises à un contrôle des autorités. Dans un autre pays, la publication locale ou l'importation de livres saints formant la base de l'instruction religieuse sont interdites. Dans un autre pays enfin, l'interdiction que a frappé toutes les activités administratives et communautaires relatives à une certaine foi ont entraîné en pratique la dissolution des classes où les adeptes de cette foi enseignaient aux enfants les principes et préceptes de leur religion.

69. Parfois, non seulement les enfants n'ont pas accès à l'éducation religieuse conforme au choix de leurs parents, mais encore ils sont contraints de recevoir un enseignement relatif à une religion ou conviction contre les vœux de ceux-ci. Ainsi, dans plusieurs pays, on tente d'inculquer aux enfants, dans le cadre général des programmes scolaires, des valeurs caractéristiques d'une idéologie ou conviction donnée, qui peuvent être en contradiction avec les convictions religieuses des parents. Parfois, l'endoctrinement religieux peut atteindre un degré extrême: dans un certain pays, des élèves appartenant à une communauté religieuse interdite ont été enlevés par leurs instructeurs d'éducation religieuse à l'école, où se pratique l'enseignement religieux de la foi officiellement reconnue, et convertis de force à cette foi. Dans un autre pays, des élèves appartenant à une minorité religieuse ont été contraints de suivre des cours d'instruction religieuse relatifs à une foi autre que la leur. Enfin, on peut citer le cas d'un pays où l'instruction religieuse a été rendue obligatoire au jardin d'enfants, ce qui a entraîné la protestation de nombreuses organisations éducatives.

70. En ce qui concerne les dispositions de l'article 5, paragraphe 3, de la Déclaration, il a déjà été loisible de constater, lors de l'examen de plusieurs exemples de traitement discriminatoire sur la base de la religion ou de la conviction, que les enfants de croyants sont victimes de diverses sortes de discrimination, telles que sévices et humiliations à l'école, expulsion de l'école ou interdiction de poursuivre des études supérieures, pressions pour renier leur foi, allant dans certains cas extrêmes jusqu'à l'emprisonnement, la torture et l'exécution sommaire.

71. De même, il a été fait mention précédemment de l'encouragement tacite ou explicite des autorités de certains pays à dénigrer les valeurs et idéaux convoqués par certaines religions ou convictions. Il est clair qu'une telle attitude n'est guère conforme aux dispositions de l'article 5, paragraphe 3, de la Déclaration concernant une éducation fondée sur la compréhension, la tolérance et le respect de la liberté de religion ou de conviction d'autrui.

C) Intolérance religieuse et autres violations des droits de l'homme

1. Violations du droit à la vie, à l'intégrité physique, à la liberté et à la sûreté de la personne

72. Le droit à la vie, droit fondamental qui constitue la source dont découlent tous les autres droits de l'homme, revêt une importance primordiale, et est proclamé dans tous les instruments internationaux relatifs aux droits de l'homme.

73. Le droit à l'intégrité physique implique l'interdiction de l'usage de la torture et des peines et traitements cruels, inhumains ou dégradants. Tout comme le droit à la vie, l'interdiction de la torture est l'un des droits universellement reconnus comme faisant partie du *ius cogens* et impliquant, de la part des États, des obligations *erga omnes*, vis-à-vis de la communauté internationale dans son ensemble.

74. De même, le droit à la liberté tel que défini dans la Déclaration universelle des droits de l'homme et les instruments internationaux relatifs aux droits de l'homme, en particulier le Pacte international relatif aux droits civils et politiques, implique l'interdiction d'arrestation et de détentions arbitraires, et le respect d'un certain nombre de normes et garanties assurant une administration équitable et efficace de la justice.

75. Comme il ressort clairement des informations dont le Rapporteur spécial a été saisi et de l'analyse succincte qui en a été faite dans le chapitre précédent, le droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion tel qu'il est défini, dans ses diverses implications, aux termes de la Déclaration sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction est souvent ignoré délibérément ou du moins soumis à des restrictions que ne justifient guère les exigences mentionnées à l'article premier, paragraphe 3, de la Déclaration, c'est-à-dire la protection de la sécurité publique, de l'ordre public, de la santé ou de la morale ou des libertés et droits fondamentaux d'autrui. Or, ces violations de la liberté de pensée, de conscience et de religion entraînent souvent des conséquences néfastes pour la jouissance d'autres droits fondamentaux tels que ceux mentionnés ci-dessus.

76. L'intolérance religieuse conduit, dans les cas extrêmes, à la négation du droit à la vie. Les violations de ce droit fondamental peuvent se produire sous des formes variées.

77. Parfois, c'est l'occurrence de

conflits armés ayant parmi leurs causes des facteurs d'ordre religieux qui entraîne des pertes en vies humaines atteignant dans certains cas des chiffres considérables. Ainsi, dans le cas d'un conflit international opposant à l'heure actuelle deux pays voisins, et à propos duquel l'estimation du nombre des victimes atteint plusieurs centaines de milliers, les dissensions religieuses contribuent à retarder toute issue pacifique. De même, dans un passé récent plusieurs guerres qui se sont soldées par de lourds bilans en pertes humaines avaient, entre autres, des motivations religieuses. Ceci vaut également dans le cas de guerres civiles où s'opposent les membres de plusieurs sectes et dénominations religieuses. Même dans certains pays où ne prévaut pas réellement un climat de guerre civile, les affrontements entre communautés religieuses peuvent entraîner des incidents sanglants et causer la mort de nombreuses personnes.

78. Il arrive également que les membres d'une minorité religieuse soient victimes de persécutions plus ou moins tolérées par les autorités. Ainsi ont été relevés dans plusieurs pays des cas de meurtres perpétrés, soit collectivement, soit par des particuliers, contre des membres de minorités religieuses, sans que des poursuites judiciaires sérieuses aient été engagées contre les responsables.

79. Parfois les autorités prennent une part plus directe dans la violation du droit à la vie. Ainsi dans plusieurs pays, des autorités religieuses ont-elles été assassinées par des membres des forces armées ou de la police de sûreté. On relève également des cas où des membres du clergé sont décédés dans des camps de travail ou en prison, à la suite de mauvais traitements infligés au cours de la détention. De même, on a noté dans plusieurs pays des disparitions inexplicables de chefs religieux. Enfin, des sentences de mort peuvent être prononcées et exécutées pour motifs religieux. Dans certains pays les exécutions capitales pour motifs religieux se chiffrent par dizaines, parfois même par centaines, y compris des mineurs. Il arrive que le chef d'accusation principal soit en relation avec une question religieuse, comme l'apostasie par exemple; dans d'autres cas, les motifs religieux ne sont pas expressément invoqués, et des raisons d'ordre politique ou des accusations d'espionnage ou de sabotage sont mises en avant; mais il y a tout lieu de croire que des causes religieuses sont à l'origine de ces exécutions.

80. Le droit à l'intégrité physique fait également l'objet de violations pour motifs religieux. Comme dans le cas des atteintes au droit à la vie, ces violations peuvent être provoquées par des individus motivés par la haine religieuse,

bénéficier de complicités gouvernementales, ou encore être le fait des autorités elles-mêmes. Elles peuvent prendre la forme de sévices physiques tels que tortures, coups, vols, ou de pressions psychologiques comme la menace envers les proches, ou diverses formes de harcèlement comme la surveillance policière, les interrogatoires, l'isolement. Parfois, ce sont les croyants identifiés sur les lieux de prière qui sont persécutés; dans d'autres cas, les membres du clergé sont les victimes principales des mauvais traitements. Souvent, les persécutions et sévices sont infligés lors de l'arrestation par les forces de police, ou encore durant la détention.

81. Les atteintes à la liberté de pensée, de conscience et de religion conduisent également souvent à la violation du droit à la liberté et à la sûreté de la personne. Les arrestations et détentions arbitraires pour motifs religieux se chiffrent par milliers à l'échelle mondiale, et peuvent s'observer dans un certain nombre de pays. Dans plusieurs pays, le nombre des prisonniers de conscience atteint parfois plusieurs centaines. Les violations du droit à la liberté peuvent prendre des formes variées, comme l'assignation à résidence, l'exil intérieur, la détention en asile psychiatrique, l'emprisonnement, parfois pour de très longues périodes, l'envoi en camp de rééducation ou de travail. Les justifications légales invoquées par les autorités peuvent aussi varier. Dans certains cas, la loi est invoquée dans le cas d'arrestation de membres de sectes religieuses et diverses dispositions relatives aux activités religieuses sont appliquées, comme l'illégalité de certaines sectes, ou de certaines manifestations et pratiques de la foi; parfois, les motifs religieux ne sont pas explicitement cités parmi les charges retenues, mais les manifestations religieuses sont interprétées de façon à les assimiler à des délits ou crimes sanctionnés par la loi; il y a également des cas où des leaders religieux ont été arrêtés sans qu'aucune charge n'ait été retenue contre eux; parfois encore les membres de sectes considérées illégales sont détenus sans jugement pendant de longues périodes pouvant atteindre jusqu'à cinq ans.

2. Violations du droit de circuler librement

82. Le droit de circuler librement, tel qu'il a été défini dans la Déclaration universelle des droits de l'homme et le Pacte international relatif aux droits civils et politiques implique le droit de circuler et de choisir librement sa résidence à l'intérieur d'un État; le droit de quitter n'importe quel pays, y compris le sien; ainsi que celui de ne pas être arbitrairement privé du droit d'entrer dans son propre pays. Or, les informa-

tions recueillies par le Rapporteur spécial font état d'un certain nombre de violations de ces droits pour des motifs religieux.

83. La possibilité de circuler librement et le libre choix d'une résidence à l'intérieur d'un pays se trouvent compromis de diverses façons par l'intolérance religieuse: dans plusieurs pays des segments entiers de populations appartenant à des sectes bannies ou faisant partie de tribus ayant des croyances religieuses différentes de la religion majoritaire ont été déportés; parfois, ce sont de hauts responsables de la hiérarchie religieuse qui sont empêchés de circuler à l'intérieur de leur pays. Dans certains cas, les croyants sont envoyés en exil à l'intérieur du pays, ou bien assignés à résidence. Dans d'autres, des missionnaires étrangers se sont vus contraints de quitter leur pays de résidence pour cause de non-renouvellement de permis de séjour. Parfois, des adeptes étrangers d'une secte ont été expulsés du lieu de résidence où ils avaient trouvé refuge à la suite de persécutions dans leur propre pays, où ils ont toutefois été rapatriés de force, déportés et internés.

84. Des obstacles peuvent également être mis au droit de quitter n'importe quel pays, y compris le sien, pour des motifs essentiellement religieux. Ainsi, dans un pays, des évêques qui désiraient voyager afin de rencontrer à l'étranger leur chef spirituel n'ont pas reçu à cette occasion d'autorisation de sortie; ailleurs, c'est sous le prétexte du non-renouvellement du passeport que des membres du clergé se sont vus empêchés de quitter leur pays. Parfois, c'est à la quasi-totalité des membres d'une religion ou communauté religieuse que ces limitations s'appliquent. Ainsi, dans un pays, non seulement les autorités refusent-elles d'accorder aux membres d'une minorité religieuse la permission de quitter le pays, mais encore ont-elles détenu et brutalisé des personnes soupçonnées de complicité avec des membres de cette minorité ayant réussi à émigrer. Dans un autre pays, certaines minorités religieuses dont les demandes d'émigration se chiffrent par dizaines de milliers se voient généralement refuser cette requête, dans le cas d'une minorité particulière de ce pays, le nombre d'autorisations d'émigrer accordées a diminué dans des proportions spectaculaires au cours des dernières années.

85. Enfin, les limitations apparaissent également quant au droit, pour les tenants de certaines croyances ou religions, d'entrer dans leur propre pays. Parfois, ce sont des dirigeants spirituels qui, à l'issue de voyages à l'étranger, se voient dénier l'accès à leur propre pays; dans d'autres cas, l'émigration de membres de minorités religieuses équivaut à

être déchu de leur nationalité d'origine; de même, les mesures d'expulsion et d'exil qui frappent les adeptes d'une foi ou les membres du clergé les privent du droit de retourner dans leur propre pays.

3. Violations du droit à la liberté d'opinion ou d'expression

86. Comme le démontre clairement l'examen des violations des divers droits définis par la Déclaration (voir sect. B.1 ci-dessus), certaines manifestations d'intolérance représentent, de façon spécifique, des entraves à l'application des dispositions de l'article 6 d) de la Déclaration concernant la liberté d'écrire, d'imprimer et de diffuser des publications sur des sujets concernant la religion ou la conviction, et de celles de l'article 6 e) sur la liberté d'enseigner une religion ou conviction dans des lieux convenant à cette fin. Dans d'autres instances toutefois, l'intolérance religieuse aboutit à des restrictions qui empiètent, de façon plus générale, sur le droit à la liberté d'opinion et d'expression. Ce droit implique, ainsi que le stipule la Déclaration universelle des droits de l'homme et le Pacte international relatif aux droits civils et politiques, le droit de ne pas être inquiété pour ses opinions et celui de chercher, de recevoir et de répandre, sans considérations de frontières, les informations et les idées par quelque moyen d'expression que ce soit.

87. Quelques exemples peuvent permettre d'illustrer ce propos. Ainsi, les restrictions à la liberté d'opinion et d'expression peuvent prendre un caractère systématique, comme dans un cas où il est fait interdiction aux membres des congrégations religieuses officiellement enregistrées de critiquer la politique religieuse du gouvernement et où ces congrégations sont souvent contraintes d'apporter leur soutien public aux initiatives de l'État, en matière notamment de politique étrangère. Dans ce même pays, des membres du clergé ayant critiqué en public le rôle de l'État dans les affaires religieuses ont été emprisonnés ou internés dans des asiles psychiatriques; dans d'autres cas des congrégations ont fait, dans la presse, l'objet de diffamations, sans pouvoir en retour bénéficier du droit de réponse. Dans un autre pays, une censure est exercée à l'encontre de radios religieuses ainsi qu'au niveau des nouvelles concernant la religion; de même, il est interdit de diffuser à la télévision la célébration de certains rites religieux. Ailleurs, des dirigeants religieux ont été emprisonnés pour avoir exprimé leur opinion concernant la nécessité d'appliquer de façon

stricte certaines lois religieuses. Enfin, dans un autre cas, plusieurs professeurs d'instruction religieuse et prédicateurs ont été arrêtés et emprisonnés pour avoir critiqué, publiquement mais de façon non violente, la politique gouvernementale au cours de leurs prêches et sermons.

V - CONCLUSIONS ET RECOMMANDATIONS

Conclusions

88. Il ressort des informations recueillies par le Rapporteur spécial que le phénomène de l'intolérance et de la discrimination fondées sur la religion ou la conviction est largement répandu à travers le monde. Si l'adoption, en novembre 1981, d'une Déclaration a sans nul doute représenté une étape importante dans la lutte contre ce phénomène, il n'en demeure pas moins que des manifestations d'intolérance et de discrimination en matière de religion ou de conviction continuent à se produire dans de nombreux pays. En effet, des phénomènes tels que l'assimilation forcée de minorités religieuses, les interventions arbitraires de l'État dans les questions d'ordre religieux ou spirituel, les affrontements entre tenants d'idéologies ou de croyances différentes, ou les persécutions et discriminations pour motifs de religion ou de conviction sont malheureusement extrêmement répandus.

89. Sans atteindre partout un même degré de gravité, la pratique de l'intolérance et de la discrimination fondées sur la religion ou la conviction se produit quasiment dans tous les systèmes économiques sociaux et idéologiques et dans toutes les régions du monde. Selon les informations dont il a pu disposer, c'est dans plus d'une quarantaine de pays que le Rapporteur spécial a relevé les manifestations de cette pratique; s'il les a constatées dans les pays où il existe une seule religion dominante, il les a également observées dans de grands pays où, en dépit de la coexistence de nombreuses religions, des facteurs d'ordre politique ou idéologique contribuent parfois à contrarier la liberté de pratiquer les rites religieux.

90. Si la plupart des pays consacrent dans leur législation, et souvent dans leur Constitution, la liberté de pensée, de conscience et de religion, on constate toutefois souvent l'existence d'une contradiction entre ces dispositions d'ordre général et d'autres textes de lois ou décrets administratifs instaurant des mesures qui, en pratique, violent le droit à la liberté de religion et de conviction.

91. Le chapitre IV, section B, donne un aperçu des formes variées que peut prendre l'intolérance religieuse; parfois, de droit à la liberté de pensée, de cons-

science et de religion est réprimé dans son essence même, par l'interdiction de toute manifestation d'une religion ou croyance; dans certains cas au contraire, c'est dans l'une de ses manifestations spécifiques, comme par exemple la pratique de certains rites particuliers, que la jouissance de ce droit se trouve entravée. Entre ces deux extrêmes, on constate tout un éventail de mesures et d'incidents incompatibles avec les dispositions de la Déclaration de 1981; dans la plupart des cas, c'est un ensemble de restriction dans des domaines divers qui touchent, dans un même pays, les adeptes d'une ou plusieurs croyances.

92. A cet égard, nulle religion ou conviction n'est favorisée ou épargnée par rapport à d'autres; l'intolérance n'est pas l'apanage d'une croyance donnée, et ses manifestations s'observent partout. On peut imputer cette universalité du phénomène à la diversité des facteurs, mentionnés au chapitre IV, section A, qui nuisent dans la pratique à l'application du principe de tolérance en matière de religion ou de conviction. Ainsi, sur le plan législatif, on peut constater des cas où certaines religions, considérées comme hérétiques par les tenants de la foi officielle, sont bannies et leurs adeptes privés de toute protection légale. A ces obstacles d'ordre législatif peuvent se substituer, ou souvent se combiner, des facteurs d'ordre politique, économique ou culturel.

93. Le chapitre IV, section C, illustre le fait que non seulement les manifestations d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction représentent une violation flagrante du principe de la liberté de pensée, de conscience et de religion, consacré dans plusieurs instruments internationaux relatifs aux droits de l'homme, mais encore qu'elles constituent une menace pour l'exercice d'autres droits fondamentaux de l'homme. La répression sanglante qui s'exerce, dans certains pays, à l'encontre des tenants de telle ou telle foi ou conviction, et le lourd bilan des conflits armés où les dimensions idéologiques jouent une part, font que l'on peut chiffrer par centaines de milliers les victimes de l'intolérance. Le climat d'instabilité entretenu par de tels affrontements constitue une réelle menace pour la paix et la sécurité internationales.

94. Le Rapporteur spécial, ayant noté l'étendue et les répercussions à l'échelle internationale des violations des droits et libertés proclamés dans la Déclaration de 1981, a constaté que ces violations pouvaient entraîner la négation du droit à la vie et d'autres droits fondamentaux de l'homme, comme le droit de ne pas être soumis à la torture ou à des peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants, le droit de ne pas

être arrêté ou détenu arbitrairement, le droit de circuler librement, ou le droit à la liberté d'opinion, ce qui représente une grave atteinte à la dignité et à la valeur de la personne humaine.

95. Dans ce contexte, la communauté internationale doit intensifier ses efforts pour éliminer du monde l'intolérance et la discrimination et assurer, par l'adoption de mesures appropriées et l'instauration de mécanismes garantissant leur application, le respect de la religion ou de la conviction et la liberté de religion ou de conviction.

Recommandations

96. Afin de renforcer les garanties permettant d'assurer le respect du droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion, l'amorce d'un processus d'élaboration d'une convention internationale sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction paraît souhaitable. Les gouvernements devraient donc entamer ce processus par la voie de négociations au sein d'instances internationales qualifiées.

97. Dans l'intervalle, il importe que les gouvernements mettent en application les normes établies par les Nations Unies en matière de protection et promotion de la liberté de religion ou conviction, en particulier la Déclaration universelle des droits de l'homme, les Pactes internationaux relatifs aux droits de l'homme et la Déclarations sur l'élimination de toutes les formes d'intolérance et de discrimination fondées sur la religion ou la conviction.

98. A cet effet, il conviendrait d'assurer une large diffusion, à l'échelle internationale, des textes de tous les instruments internationaux traitant du problème de la liberté de religion ou de conviction, ainsi que des instruments régionaux existant dans ce domaine.

99. Les gouvernements devraient notamment mettre en oeuvre des dispositions législatives assurant des garanties constitutionnelles et législatives suffisantes, conformément aux normes internationales existantes, pour interdire la discrimination et combattre l'intolérance fondées sur la religion ou la conviction.

100. Les États devraient interdire les dispositions législatives et administratives non conformes aux normes internationales et aux principes constitutionnels relatifs à la liberté de pensée, de conscience et de religion.

101. Les pratiques administratives devraient être réexaminées, au niveau national, régional et local, afin d'être mises en conformité avec les principes proclamés en matière de tolérance et de non-discrimination religieuse ou de conviction.

102. Il serait souhaitable que les responsables de l'application de ces pratiques reçoivent une formation visant à ce qu'ils respectent, dans l'exercice de leurs fonctions, le principe de la tolérance et de la non-discrimination sur la base de la religion ou de la conviction.

103. Il conviendrait d'établir, au niveau national, des mécanismes appropriés afin de permettre l'établissement de procédures de conciliation lors de différends concernant des questions de religion ou de conviction; on pourrait ainsi envisager la création d'un poste d'ombudsman chargé des questions religieuses, ou celle d'une commission de conciliation.

104. Le dialogue devrait également être établi grâce à la création de mécanismes institutionnels, tels que des commissions regroupant des représentants gouvernementaux et des organisations non gouvernementales, religieuses et autres, compétentes en la matière, qui pourraient y présenter leurs suggestions quant aux moyens de lutter contre la discrimination et l'intolérance en matière de religion ou de conviction.

105. Les victimes d'intolérance ou de discrimination fondées sur la religion ou la conviction devraient bénéficier de voies de recours juridique effectives.

106. Afin de promouvoir les idéaux de tolérance et de compréhension en matière de religion et de conviction, il conviendrait d'inclure, dans les programmes scolaires et universitaires, l'enseignement des normes internationales et nationales relatives à la liberté de religion et de croyance; à cet effet, il importe d'assurer une formation adéquate du personnel enseignant. De même, l'éducation devrait viser, dès le plus jeune âge, à inculquer l'esprit de tolérance et de respect pour les valeurs spirituelles d'autrui.

107. Les organisations non gouvernementales de façon générale, et les groupes représentant des religions ou idéologies spécifiques en particulier, peuvent contribuer activement à faire respecter et promouvoir la tolérance et la liberté de religion et de conviction, par l'instauration d'un dialogue interconfessionnel au niveau national et international, sous forme de l'organisation de réunions, conférences et séminaires dont les thèmes viseraient à accentuer ce qui rapproche les diverses religions et convictions plutôt que ce qui les sépare.

108. Les médias peuvent également contribuer, par la diffusion d'informations illustrant l'importance de la liberté de religion et de conviction en tant que droit fondamental de l'homme, à éduquer la société et modeler l'opinion publique dans la voie d'une plus grande tolérance en matière de religion et de croyance.

1. SUBSTITUIÇÃO DO PAPEL SELADO

Lisboa, 9-3-87

Exmo. Senhor
Ministro das Finanças
Ministério das Finanças
Lisboa

Exmo. Senhor Ministro,

Vem esta Ordem solicitar a V. Ex.^a a revisão do Dec.-Lei n.º 435/86, de 31 de Dezembro, pelas razões que se passam a expor:

O art. 2.º do referido dec.-lei, tendo eliminado o uso do papel selado, alinhando assim com o resto da Europa, onde, segundo cremos, tal tipo de imposto não é praticado, deixou em aberto vários problemas que são sentidos não só pelos Advogados, como por todos os cidadãos, empresas e serviços públicos, que passaram a ter de adoptar em vez do papel selado, papel azul de 25 linhas de formato equivalente.

Antes de mais, o referido papel azul passou já a vender-se a preços especulativos, que atingem por vezes os 25\$00 por folha, o que se supe não nada justificar.

Concordamos que é desejável a utilização de um papel de formato normalizado, evitando-se dificuldades de arquivo e de organização de processos judiciais, administrativos e outros. Para tanto, a solução será a adopção generalizada de papel de formato A-4.

Já se não compreende a vantagem de utilização de papel cor azul e não simplesmente branco.

Por outro lado, impor que as excepções ao uso de papel tenham de

ser autorizadas caso a caso, pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (art. 2.º, n.º 1, do dec.-lei citado), é fazer recair sobre aquela Direcção-Geral uma função trabalhosa e porventura difícil de resolver com equidade.

Parece que o mais elementar senso prático impõe a alteração do n.º 1 do art. 2.º do referido dec.-lei, prevendo-se nos documentos não manuscritos o uso de papel liso branco, formato A-4, que permita o uso cómodo e eficiente de máquinas dactilográficas, manuais, eléctricas ou electrónicas ou de micro-computadores com processamento de texto, em que o uso de espaçamentos automáticos substitua o improdutivo acerto manual da escrita às linhas impressas, que nalguns casos nem sequer são sempre equidistantes e paralelas.

Basta que na dactilografia ou processamento de texto se devam imprimir 25 linhas por lauda e respeitar-se as margens tradicionais do papel selado. Quanto à contextura do papel não deverão formular-se reservas que impeçam o uso de papel em rolo para computador.

Nos documentos manuscritos deverá usar-se papel de 25 linhas, branco ou azul, com a observância das margens referidas.

Afigura-se-nos útil que os advogados, empresas ou serviços públicos utilizem papel timbrado ou carimbado que identifique facilmente a origem dos documentos.

A pretender-se sintetizar em lin-

guagem técnica o que se deixa dito, poderá dizer-se que o papel selado poderia ser substituído nas seguintes condições:

a) Documentos manuscritos — papel A-4 de 25 linhas.

b) Documentos dactilografados ou por processamento informático de texto:

1) Utilização de papel branco, tamanho A-4 (297 x 210 mm).

2) As folhas, lisas, levarão o timbre do Advogado ou Contencioso de Empresa ou Serviço ou a aposição do carimbo próprio de qualquer das entidades referidas.

3) Cada folha poderá conter até 25 linhas a 2 espaços, considerando-se qualquer dos principais standards de espaço entre linhas (6 a 8 por polegada).

4) A escrita deverá observar as seguintes margens mínimas:

— Lado esquerdo da frente e direito do verso, 2,8 cm (igual ao antigo papel selado ou papel azul corrente no mercado).

— Lado direito da frente e esquerdo do verso, 1,0 cm (igual ao antigo papel selado ou papel azul corrente do mercado).

Porque o assunto exposto interessa também à classe dos Advogados, solicita-se a V. Ex.^a que este assunto seja reapreciado com a maior urgência.

Apresentamos a V. Ex.^a os nossos melhores cumprimentos.

O Bastonário
Augusto Lopes Cardoso

2. SIGILO PROFISSIONAL E O ADVOGADO DE EMPRESA

Nestes autos o Exmo. Senhor Dr. (...) com escritório (...), portador da cédula profissional n.º (...) vem pedir parecer sobre sigilo profissional.

Invoca a prática corrente de as empresas, maxime os Bancos, disporem de um Serviço ou Departamento de Contencioso, não tendo, por regra, um advogado personalizado.

Faça a negociações entre um cliente do Banco e um dos Senhores Advogados do Contencioso, coloca-se a questão de saber se ocorre sigilo profissional que impeça o Senhor Advogado que negociou e ouviu o cliente de surgir,

mais tarde, como testemunha nos autos, revelando essas conversações.

E mais: se os funcionários do contencioso bancário, à imagem dos funcionários dos advogados, estão ou não abrangidos pelo dever de sigilo profissional referido.

O problema tem acuidade. Tanto que foi criada uma comissão para estudar o Estatuto do Advogado de Empresa.

Todavia, enquanto este não dispuser de estatuto específico será regido pelo E.O.A. (Dec.-Lei 84/84) que sucedeu ao Estatuto Judiciário.

E aí se inserem regras gerais, abstractas, sem admissão de excepções, que apontam no sentido de regulamentar exclusivamente o dever de sigilo que impede sobre os advogados, sem excepção.

No art.º 81.º do E.O.A., na sequência de legislação e jurisprudência anterior,

procura-se garantir aos cidadãos a confiança de falarem com o advogado, com a certeza consuetudinária e comumente admitida de que tais conversações e negociações não serão reveladas.

Por isso, o segredo profissional respeita, quanto ao caso concreto, e enquanto não se dispuser de outro regulamento específico para advogados de empresa, a obrigação do advogado não revelar os factos de que haja tido conhecimento no exercício da profissão (n.º 1 alínea a) do art.º 81.º citado); é igualmente obrigado a não revelar os factos que a parte contrária do cliente haja transmitido durante negociações para acordo e que sejam relativos à causa pendente (alínea c) da mencionada disposição).

Estas obrigações existem quer o advogado esteja ou não mandatado, seja ou não representante judicial ou extrajudi-

cial, seja remunerada ou não a sua actividade, haja ou não chegado a aceitar o serviço, e abrange todos os advogados que directa ou indirectamente tenham qualquer intervenção no serviço (n.º 2 do citado artigo).

A obrigação cessa nos casos previstos no n.º 4 do art.º 81.º que vem sendo referido, mediante solicitação ao Presidente do Conselho Distrital competente e se for absolutamente necessário à defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio advogado ou do cliente ou dos representantes deste (n.º 4 citado).

Fora de tal condicionalismo as declarações de advogado violadoras de segredo profissional não podem fazer prova em Juízo (vd. n.º 5 art.º 81.º mencionado).

A jurisprudência é unânime e até avessa a conceder dispensa do sigilo profissional quando ocorrem factos que o permitem, por o sigilo ser timbre e condição da advocacia, conforme, entre outros, o parecer do Conselho Geral de 21.4.81, R.O.A. 41, 900; acórdão do Conselho Superior de 8/6/79 in R.O.A. 39, 681; Parecer do actual Senhor Bastonário, quando Presidente do Conselho Distrital do Porto, de 1/12/82 in R.O.A. n.º 42, 575.

Assim, louvando-me na jurisprudência citada e apoiando-me na legislação referida, sou de parecer que, objectivamente, no caso dos autos (e enquanto outro regime não for estudado e aprovado) o senhor advogado que depôs estava vinculado ao sigilo profissional, não constando que haja obtido a competente dispensa e, assim, devendo ser declarada nula a prova que produziu a propósito das negociações referidas.

Outra questão é a dos empregados forenses dos advogados, no sentido de se indagar e saber se estão ou não vinculados ao sigilo profissional.

Existe norma consuetudinária sobre a matéria, já que a Ordem dos Advogados tomou posição sobre essa questão, no sentido de que os empregados não podem depor sobre factos de que tenham conhecimento nos respectivos escritórios e no exercício do seu trabalho, desde que tais factos estejam cobertos pelo segredo profissional do respectivo advogado. Parecer do Conselho Geral de 14.10.53, R.O.A. 18, 422. Parecer do Senhor Bastonário de 13.10.83, R.O.A. 43, 2111.

Só que os funcionários bancários, com quem os senhores advogados dos Serviços de Contencioso bancário trabalham, não são seus funcionários ou empregados. Ocorre só essa diferença. No mais a situação é igual.

Deverá ser considerada expressamente esta situação no futuro Estatuto do Advogado de Empresa e, entretanto, aplicar-se aos seus colaboradores as regras consuetudinárias que regulam a actividade do advogado em geral e de seus empregados quanto ao sigilo.

Este é, salvo melhor opinião, o meu parecer.

Lisboa, 20/5/87

José Mário Machado Ruivo

(Parecer aprovado em sessão do Conselho Geral de 22.5.87)

O ADVOGADO E O PAGAMENTO DE IMPOSTOS

1 — O Chefe da Repartição de Finanças do Concelho de (...), invocando o disposto no artigo 53.º do Código de Imposto Profissional, comunicou à Ordem dos Advogados que o Sr. Dr. (...) não deduzira oposição, nem embargos, na execução que lhe era movida para cobrança do imposto profissional relativo aos anos de 1982 a 1984.

O ofício acrescenta que, além daquele débito, o mesmo Sr. Dr. (...) é devedor de imposto complementar, de quotizações para o Centro Regional de Segurança Social de Viseu, de contribuições para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e de importâncias aos CTT-TLP.

2 — O Sr. Dr. (...) refere que esteve ausente no estrangeiro, tendo regressado a (...) para se dedicar à Advocacia.

Afirma que não conseguiu uma contabilização e orçamentação dos encargos, razão que terá determinado os problemas com que se enfrenta.

Expressa que «a crise passou e já elaborei planos de moratórias que vou passar a enviar às entidades competentes no sentido de um pagamento em prestações das minhas responsabilidades».

Acrescenta, por outro lado, que o preceito do artigo 53.º do Código de Imposto Profissional seria inconstitucional, e que a Ordem, como organismo independente, não deveria obediência à referida imposição.

3 — Não consta que o Sr. Dr. (...) tivesse proposto à Ordem qualquer forma de regularização do débito que tem perante a mesma.

A fls. 9 dos autos recolheu-se a informação de que o Sr. Dr. (...) não paga quotas desde Novembro de 1978, perfazendo as mesmas um total de Esc.: 52 840\$00.

4 — Nos termos do artigo 53.º do Código de Imposto Profissional, «Instaurado procedimento executivo com base em falta de pagamento de imposto por contribuinte constante da tabela anexa, o juiz, decorridos dez dias sobre a citação sem terem sido deduzidos oposição ou embargos, ou requerida a suspensão da execução, nos termos legais, comunicará o facto ao respectivo organismo, quando o haja, para que este imediatamente suspenda o contribuinte do exercício das suas funções até satisfazer o débito, ou estar assegurado o pagamento».

Importa desde já anotar que na opinião da Administração Fiscal, como resulta da circular citada pelo próprio Sr. Dr. (...) (G/10/83 de 20 de Março) este preceito é interpretado no sentido de que a suspensão só pode ser determinada pelo organismo profissional a que o interessado está adstrito, e quando o haja, e depois que se conclua pela necessidade da aplicação da medida de suspensão em processo disciplinar, devidamente instruído.

5 — A interpretação do preceito, tal como a própria Administração Fiscal se expressa, exclui a possibilidade da sua eventual inconstitucionalidade.

Afinal o artigo 53.º do Código de Imposto

Profissional tem um alcance e aplicação que os regulamentos disciplinares do profissional prevejam, só e na medida desses mesmos regulamentos.

O artigo 53.º nada dispõe para além do que se entenda como o Estatuto Disciplinar do Profissional objecto da participação. E aí está, como em duas linhas, se há-de concluir pela constitucionalidade do preceito, pelo menos na aplicação prática de dela pretende a própria Administração Fiscal.

6 — O Advogado, no exercício da sua profissão, como fora dela, deve cumprir pontual e escrupulosamente os deveres consignados no Estatuto e todos os que a lei, os usos, os costumes e as tradições lhe impõem, seja para com outros Advogados, seja perante a Magistratura, os Clientes ou quaisquer entidades públicas ou privadas.

Dever dinheiro pode ter múltiplas justificações.

Mas se o Advogado deve com escândalo, é usualmente caloteiro, então o seu perfil encontra-se em manifesta oposição à obediência às disposições legais que se lhe impõem.

Então, em tal hipótese, a possibilidade de se verificar uma situação passível do exercício da jurisdição disciplinar que pertence à Ordem (artigo 90.º do Estatuto, e ss.) é evidente.

7 — Em razão da existência do débito não pode concluir-se, por esse simples facto e desde logo, pela existência de infracção.

As circunstâncias que rodeiam o facto podem justificá-lo, e a existência da própria situação devedora pode, por outro lado, e por si só, não ser suficiente para integrar situação infractora, isto é, um caso de infracção disciplinar.

A averiguação da existência da infracção há-de resultar, portanto, duma primeira indagação, para que é bastante o processo de inquérito.

8 — Tenho como certo, portanto, e em conclusão:

a) — que o artigo 53.º do Código de Imposto Profissional não é inconstitucional na medida em que aponta para a necessidade de uma averiguação quanto ao Advogado que se mostra devedor de contribuições por esse imposto;

b) — a suspensão do exercício de funções prevista no artigo 53.º do Código de Imposto Profissional só pode resultar da aplicação de sanção em processo disciplinar, devidamente instruído e concluído;

c) — sempre que a Ordem dos Advogados tenha conhecimento de situação que possa enquadrar-se no artigo 53.º do Código de Imposto Profissional, deverá ordenar a instauração de processo de inquérito ao participado.

Lisboa, 3 de Julho de 1987.

António Pires de Lima

(Parecer aprovado em sessão do Conselho Geral de 10.7.87)

DIREITO DE COMUNICAÇÃO DOS ADVOGADOS

Em Março de 1987, o nosso colega dr. J.A. Albuquerque Dias, viu-se impedido de comunicar com dois dos seus constituintes que se encontram numa unidade de Lisboa da G.N.R. a cumprir penas disciplinares. Fosse p ocasional, ainda que ilegal, da situação e este «Boletim» não daria corpo à matéria. No entanto e porque, infelizmente, nem sempre os advogados têm visto reconhecido por algumas entidades esse seu direito, o «Boletim» não pode deixar de lhe dar o adequado tratamento publicando um requerimento do sr. Provedor de Justiça dirigido ao Tribunal Constitucional e a correspondência trocada a propósito do caso em concreto ocorrido com o nosso Ilustre Colega.

Lisboa, 26 de Março de 1987

Ex.º Senhor
General Tomé Pinto
M. Distinto Comandante-Geral
da Guarda Nacional Republicana
Largo do Carmo
1200 Lisboa

Ex.º Senhor General,
Esperando não provocar mais do que apenas os incómodos inevitáveis em conexão com o incidente que passo a relatar-lhe, fico convicto e tranquilo de que por V.Ex.º serão asseguradas todas as provi-

dências que situações semelhantes a esta plenamente o exigem:

1. No exercício da minha profissão, desloquei-me pelas 14.00 horas de hoje à DT-Lisboa da BT/GNR, a fim de comunicar com dois meus constituintes que ali se encontram detidos no cumprimento de penas disciplinares.

2. Trata-se dos Srs. E... e C..., os quais, por OS de 24 p.p., foram, respectivamente, punidos com oito e dez dias de prisão disciplinar.

3. A minha deslocação foi feita a pedido e no interesse da defesa dos meus clientes, tendo em vista analisar e acompanhar a evolução legal do procedimento disciplinar em que se geraram aquelas punições, nomeadamente tendo em vista a even-

tual interposição das adequadas reclamações.

4. Abordado ali pelo Cabo de serviço, foi-me pedido «para aguardar instruções superiores».

5. Cerca de meia hora depois, já surpreendido com a demora, fui informado de que me era impedido pelo Sr. Comandante o exercício do direito de comunicação com presos meus constituintes, durante todo o período da execução das penas.

6. Sendo de oito e de dez dias os períodos em questão e, por outro lado, sendo de apenas cinco dias o prazo de reclamação em sede processual disciplinar militar, nada tenho aqui a acrescentar.

Porante tão lamentável perspectiva, de atropelo a um dos mais elementares direitos dos Advogados, cometido por um subordinado de V.Ex.^a, venho rogar-lhe o obséquio de dignar-se dar a conhecer e ordenar que se cumpra a LEI, quanto ao disposto expressamente sob os arts: 58.º, 1, e 62.º do Dec:Lei 84/84, de 16 de Março.

Não deixo perder esta oportunidade, Sr. General, para exprimir-lhe toda a minha admiração e respeito pela invulgar eficiência com que V.Ex.^a, pessoalmente, vem exercendo o comando da GNR, para cuja continuação lhe auguro os maiores sucessos.

Resta-me acrescentar que, por exigência dos muitos advogados com quem tive já ocasião de comentar este triste acontecimento, vou enviar cópia da presente carta:

— Ao Ex.^{mo} Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados;

— Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da O.A.;

— Ao Ex.^{mo} Sr. Provedor de Justiça;

— Ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Administração Interna e

— Ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Justiça.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos,

(a) Albuquerque Dias

Exm.^o Senhor
Dr. J.A. Albuquerque Dias
Rua dos Industriais, 29.3.ºEsq.º
1200 Lisboa

Of. 881-SEG
Proc. 06.05

Assunto: Interdição de contacto com constituintes
Ref.º: S/carta de 26MAR87

Sobre o assunto da s/carta de referência, encarrega-me Sua Ex.^a o Ministro da Administração Interna de transcrever a V.Ex.^a a informação prestada pelo Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, a quem a mesma foi enviada para o efeito.

«1. O preceito invocado pelo distinto causídico (art.º 62.º da Lei 84/84, de 16MAR) consagra, *ipsis verbis*, que: «os advogados têm direito, nos termos da lei, de comunicar, pessoal e reservadamente, com os seus patrocinados, mesmo quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar».

2. Ora, paralelamente a este injuntivo importará invocar também o art.º 82.º do R.D.M. que, textualmente, afirma: «O processo disciplinar não admite qualquer forma de representação, excepto nos casos de incapacidade do arguido, por

anomalia mental ou física, bem como da doença que impossibilite do organizar a defesa, casos em que, não havendo defensor escolhido, será nomeado pelo chefe competente um oficial, como defensor officioso».

3. Assim ao patrono não assistirá razão porquanto, além do mais, sem grandes rigorismos e/ou delongas:

a) Ambos os «constituintes» cointegram um corpo especial de tropas vinculando os militares a um ordenamento jurídico especial diverso do regime geral aplicável aos demais organismos e/ou cidadãos.

b) Tal especificidade — dos militares e da própria GNR — decorre directamente da sua Lei Orgânica (D.L. 333/83, de 14JUL) e de outros diplomas estatutários, v.g. D.L. 465/83, de 31DEZ que, logo no preâmbulo, alude à «natureza do corpo militar desta Guarda com estatutos idênticos aos aplicáveis nas Forças Armadas».

c) Não sofre, portanto, qualquer dúvida que o invocado D.L. bem como o próprio R.D.M. facultam um corpo normativo especial, aplicável ao pessoal da instituição que é a GNR.

d) Nem se invoque a — tantas vezes propalada — inconstitucionalidade (material) do art.º 82.º do R.D.M.

Com efeito, tanto quanto se sabe, não foi ainda requerida por qualquer pessoa ou órgão (singular ou plural) e, muito menos decretada por instância competente. Portanto, mantém-se em plena vigência.

Exm.^o Sr.
Ministro da Administração Interna
Praça do Comércio
1194 Lisboa CODEX

Exm.^o Sr. Ministro:

Incumbiu-me o Conselho a que presido da diligência de, junto de V.Ex.^a, transmitir a posição do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados a respeito da pendência que o nosso Ilustre Colega Sr. Dr. J. A. Albuquerque Dias tem mantido com o Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana — e a que se refere o ofício em epígrafe.

Assim, e para além da patente inconstitucionalidade do art.º 82.º do R.D.M. — questão que está em curso de apreciação —, o que importa deixar ficar bem vincado é que, no entendimento deste Conselho Distrital, tal preceito se acha implicitamente revogado pelo disposto no n.º 1 do art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março), que tem a seguinte redacção:

«O mandato judicial, a representação e a assistência por advogado são sempre admissíveis e não podem ser impedidos perante qualquer jurisdição, autoridade ou entidade

pública ou privada, nomeadamente para a defesa de direitos, patrocínio de relações jurídicas controvertidas, composição de interesses ou em processos de mera averiguação, ainda que administrativa, officiosa ou de qualquer outra natureza».

Atente V.Ex.^a, Senhor Ministro, na amplitude e no rigor expressivo do preceito legal que antecede, e concluirá facilmente que a orientação perfilhada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados é a única aceitável:

O legislador teve a intenção de não limitar a título nenhum a intervenção do Advogado.

Logo, o art.º 82.º do R.D.M. está necessariamente revogado, porque

e) Afirmação que se pretende extensiva à revogação...

f) A lei geral figura, neste e em caso análogos, «apenas» como recurso subsidiário em circunstâncias lacunares específicas.

4. Voltando a 1. e 2. e compulsando as transcrições que desses números constam, verifica-se que os dois preceitos são autónomos e que a GNR, com organização e funcionamento regulados por um conjunto de leis estatutárias configurativas dum ordenamento jurídico especial, se acha inequívoca e prioritariamente obrigada à norma ditada pelo R.D.M.. E este na articulação das prerrogativas concedidas ao militar punido, facultando-lhe ascensão, através de recurso ou recursos hierárquicos, até à fase de recurso contencioso, só nesta lhe permite a representação por advogados ou oficial dos quadros permanentes (art.º 122.º).

5. Em suma, ao subscritor da carta-exposição não se faz lícito insurgir-se contra as objecções que lhe foram levantadas ao exercício do seu suposto direito de comunicação com presos que eram seus constituintes porque, sendo ininvocável, nos termos do R.D.M., a condição de patrono dos militares presos, tal direito, muito simplesmente, inexistia.»

Com os melhores cumprimentos
O Chefe de Gabinete
Luís Pereira da Silva

impedia a representação por Advogado — e essa possibilidade agora está sempre assegurada por lei.

Peço a V.Ex.ª o subido favor de transmitir o conteúdo desta carta ao Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana para os efeitos convenientes.

Nessa expectativa, aceite V. Ex.ª, Senhor Ministro, a expressão das minhas saudações pessoais, e as do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

E creia-me, atentamente, de V. Ex.ª

O Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados

(a) Alfredo Gaspar

Lisboa, 20 de Maio de 1987

Ex.º Senhor
Ministro da Administração Interna
Praça do Comércio
1194 Lisboa CODEX

v/ ref.ª — Of. n.º 881-SEG, Proc.
06.05, de 15MAI87

Excelência,

Recebi o officio supra referenciado, que V.Ex.ª teve a gentileza de mandar enviar-me e que muito agradeço.

Quanto à informação nele transcrita, todavia, — salvo o devido respeito — sérios reparos devem romper o silêncio em que, normalmente, se tende a adiar questões de inelutável prioridade.

Com efeito:

1. Numa amálgama total, que revela desconhecimento da realidade quotidiana que é a prática da advocacia, confunde-se o direito de comunicação dos advogados com a representação dos seus consulentes.

Isto quando, na verdade, nem todas as comunicações (ou conferências) envolvem, necessariamente, a existência de representação.

Ou, por outras palavras, nem sempre o consultante se torna constituinte, pois nada obriga o advogado à imposição do mandato.

2. Nesta medida, ao partir-se do princípio de que é possível carrear, pura e simplesmente, um direito dos advogados, em nome de uma representação proibida (da mais duvidosa constitucionalidade), comete-se um erro, cujas consequências não podem deixar de ser ponderadas em toda a sua extensão.

3. Assim, fundado nesta inexatidão, todo o desenvolvimento da informação está condenado, de forma inevitável, à tese de não convencimento, como tal devendo ser encerrado.

4. Por outro lado, já que tanto se insiste com o disposto no art.º 82.º do Dec. 142/77, de 9 de Abril (vulgo RDM), cumpre-me esclarecer V.Ex.ª que, também aí (n.º 3, d), não é exacta a informação, tal como se demonstra com a adjunta fotocópia do officio n.º 013219 — 22OUT84 — 83/R-1710-B-DI-44 do Ex.º Senhor Provedor de Justiça, onde, fundamentadamente, para além daquele art.º 82.º, é requerida a declaração da inconstitucionalidade material dos arts. 76.º e 119.º, 2, do diploma em apreço.

Concluindo, não posso deixar de apresentar a V.Ex.ª o meu mais formal protesto pela forma como manifestamente se pretende pôr em causa um direito que os advogados têm e de que não poderão nem deverão abdicar.

Para os efeitos havidos como necessários ou convenientes, dou conhecimento do officio e da presente carta aos Ex.ªs Senhores:

— Ministro da Justiça;
— Provedor de Justiça;
— Bastonário da Ordem dos Advogados e
— Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Renovo junto de V.Ex.ª, Senhor Ministro, a verdadeira expressão do meu reconhecimento, pela atenção que entendeu dever conceder-me.

Com os meus melhores cumprimentos.

(a) Albuquerque Dias

Caros Colegas,

Por deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados foi constituída a COMISSÃO PARA OS ASSUNTOS DOS JOVENS ADVOGADOS, a qual tem a seguinte composição:

Presidente — LUÍS FRANCO E ABREU. Vogais — ANTÓNIO FIALHO PINTO, JOSÉ MIGUEL SARDINHA, JOÃO A. TOMÁS e JAIME MEDEIROS.

Independentemente das iniciativas próprias que pretende tomar, está esta Comissão, desde já, aberta a todas as sugestões que os Colegas entendam por bem fazer e que deverão ser dirigidas para a Ordem dos Advogados ao cuidado desta Comissão.

Esperamos a vossa colaboração.

Exm.º Senhor
Presidente do Tribunal Constitucio-
nal
Excelência

22OUT.84-013219
83/R-1710-B-DI-44

De harmonia com o disposto no artigo 51.º da Lei 28/82, de 15 de Novembro, conjugado com o artigo 281.º da Constituição da República requiro a Vossa Excelência que pelo Tribunal Constitucional seja declarada a inconstitucionalidade material das normas dos artigos 76.º, 82.º, e 119.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 142/77, de 9 de Abril, nos termos e pelos fundamentos seguintes.

1.º

Dispõe o artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 142/77 que «A todo o militar assiste o direito de queixa superior quando por este for praticado qualquer acto de que resulte para o inferior lesão de direitos prescritos na lei e nos regulamentos.

Esta norma concretiza a contida no artigo 52.º, n.º 1, da Constituição que estabelece que «Todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individualmente... a quaisquer autoridades reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos...»

Porém, o artigo 76.º daquele diploma legal estatui que «Quando manifestamente se reconheça que não houve fundamento para a queixa... será o militar que tiver usado deste meio punido disciplinarmente...»

À presente norma, pelo receio que pode causar no militar de ver instaurado contra si ulterior processo disciplinar é de molde a limitar o exercício do direito de queixa.

Assim, estará a mesma ferida de inconstitucionalidade material, por ofensa do artigo 52.º, n.º 2, do Diploma Fundamental

2.º

Estabelece o artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 142/77, que «O processo disciplinar não admite qualquer forma de representação, excepto nos casos de incapacidade do arguido, por anomalia mental ou física, bem como de doença que o impossibilite de organizar a defesa, casos em que não havendo defensor escolhido, será nomeado pelo chefe competente um oficial, como defensor officioso».

Muito embora se venha entendendo maioritariamente nas doutrinas nacional e estrangeira que o princípio da não retroactividade em matéria penal (nullum crimen sine lege e nulla poena sine lege) não pode ser automaticamente estendido ao direito disciplinar, fica uma margem bastante extensa de aplicabilidade dos direitos penal e processual penal àquele direito, designadamente em matéria de direito de assistência de defensor.

Deste modo, a norma do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 142/77, está em contradição com o disposto no artigo 32.º, n.º 3, da Constituição da República, pelo que está do mesmo modo ferida de inconstitucionalidade material.

3.º

Lê-se no artigo 114.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 142/77, que «Quando a reclamação não for no todo ou em parte julgada procedente assiste ao reclamante o direito de recorrer para o chefe imediato da autoridade que o puniu, no prazo de cinco dias, contados daquele em que foi notificado da decisão de indeferimento.

O artigo 119.º, n.º 1, vem estabelecer que «O chefe que julgar o recurso decidirá se o mesmo procede através de despacho fundamentado, exarado no próprio processo, podendo revogar, alterar ou manter a decisão recorrida no todo ou em parte.»

E o n.º 2 do mesmo artigo refere que «A decisão proferida nos termos do número anterior é definitiva.»

O Decreto-Lei n.º 142/77 apenas permite o recurso contencioso nos casos previstos no artigo 120.º, o qual dispõe que «Das decisões definitivas e executórias dos Chefes de Estado-Maior dos ramos das forças armadas proferidas em matéria disciplinar cabe recurso contencioso para o Supremo Tribunal Militar, com fundamento em ilegalidade.»

Ora, a não ser que a decisão caiba a um chefe de Estado-Maior, fica vedado pela norma do artigo 119.º, n.º 2, do diploma em causa o recurso contencioso do acto de julgamento do recurso hierárquico pelo que a mesma é materialmente inconstitucional por contradição com os artigos 20.º, n.º 2, e 27.º, n.º 3, alínea a), última parte, do Diploma Fundamental.

Em conclusão:

Os artigos 76.º, 82.º e 119.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 142/77, de 9 de Abril, deverão ser declarados por esse V. Tribunal, feridos de inconstitucionalidade material pelos fundamentos acima expostos, declaração essa com força obrigatória geral.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

O Provedor de Justiça
Ángelo de Almeida Ribeiro

FICHA TÉCNICA

Director
Dr. Augusto Lopes Cardoso
Director-Adjunto
Dr. José António Barreiros
Coordenador
Dr. João Miguel Barros
Administração
Dr.ª Adília Lisboa

Representantes dos Conselhos Distritais

LISBOA
Dr. Alfredo Gaspar
COIMBRA
Dr. Rodrigo Manuel Leite Santiago
PORTO
Dr. Rui Dalgado
EVORA
Dr. António Rebelo Neves
MADEIRA
Dr. Juvenal Rodrigues de Araújo

Maquetagem

Voga com a colaboração de
Luís Afonso e Alberto Gomes (capa)

Redacção e Administração

Largo de S. Domingos, 14-1.º
1194 Lisboa Codex
Telefs. 89 21 92-93

INSCRIÇÃO COMO ADV

Foi o Sr. Provedor de Justiça solicitado a apoiar a declaração de inconstitucionalidade do preceito da al. 1) do n.º 1 do art.º 69.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, tendo a propósito emitido o parecer que se arquivava, pelo seu interesse e actualidade; bem como a correspondência com ele relacionada.

Exm.º Senhor
Bastonário da Ordem dos Advogados

Largo de S. Domingos, 14-1.º
1194 Lisboa Codex

Por ser de interesse para a Ordem dos Advogados, junto remeto a V. Exa. cópia do meu despacho no processo requerido pelo Sr. Dr. V..., que me solicitara a declaração de inconstitucionalidade do preceito da alínea i) do n.º 1 do art.º 69.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, por lhe ter sido indeferida a inscrição como advogado estagiário, pelo Exm.º Conselho Distrital de Lisboa, a cujo Presidente faço neste momento idêntica comunicação.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O PROVIDOR DE JUSTIÇA,
Ángelo de Almeida Ribeiro

A petição para o Tribunal Constitucional, embora muito doutamente elaborada, não merece a concordância do Provedor, que decide não aceitar a reclamação de fls. 1 e seguintes.

Com efeito, o Decreto-Lei n.º 84/84, de 16 de Março, que aprovou o Estatuto da Ordem dos Advogados, vem imbuído, no que especial-

mente se refere a incompatibilidades com o exercício da profissão, da ideia de que se deve proteger a profissão liberal da advocacia da acumulação com outras actividades não forenses.

É uma velha aspiração da classe dos Advogados, que já tivera consagração no I Congresso Nacional dos Advogados, em Novembro de 1972, e que foi ainda reforçada com o II Congresso, recentemente realizado (Dezembro de 1985).

A legislação vigente veio reforçar a lista de incompatibilidades que existia no velho Estatuto Judiciário, precisamente no sentido de compensar aqueles que se dedicam em exclusivo à profissão livre, com os riscos e encargos inerentes, face aos outros que têm o apoio do exercício de funções públicas. A título de exemplo, alcançou-se uma velha aspiração, qual fosse a de proibir o exercício da advocacia a conservadores e notários, os quais, hoje, e por força do art.º 71.º, n.º 1, do novo Estatuto, só podem ser autorizados excepcionalmente nas comarcas onde não haja advogados inscritos, e por períodos de 3 anos.

Diz o Dr. Alfredo Gaspar, a fls. 106 do seu Comentário ao Estatuto da Ordem dos Advogados, e em relação ao artigo 69.º:

«A lei portuguesa é das mais generosas nesta matéria, pois nos países com a mesma tradição cultural e jurídica o elenco de incompatibilidades é muito maior — abrangendo subalternos, assalariados, comerciantes, ministros do culto, jornalistas, deputados, directores de bancos, etc.»

Em certos países, nem sequer o director de uma sociedade comercial, ou o presidente da assembleia geral de qualquer empresa, podem exercer a profissão.

Ora, já o Acórdão n.º 143/85, do Tribunal Constitucional, veio abrir uma brecha, a nosso ver, e salvo o devido respeito, completamente injustificada, ao permitir que docentes de disciplinas que não sejam de Direito viessem exercer a profissão.

Querer alargar isso a todos os funcionários — e não se põe aqui o aspecto de «serem dignos» ou de «terem a sorte de» — viria contrariar o espírito do Estatuto, e alargar a situação que se vive hoje em Portugal, com milhares de advogados e muitos centos de estagiários todos os anos, que pretendem exercer a Advocacia protegidos pelo emprego, público ou não, que lhes dará a base financeira para se abrigarem de riscos e inconvenientes da profissão — que os profissionais liberais têm de suportar sozinhos.

Este entendimento já o Provedor o tem de longa data, trabalhou para ele quanto pôde, e não é a altura de o modificar, dado o panorama da profissão do nosso país. Para citar um exemplo eloquente, dir-se-á que em França, o seu principal «Bureau», o de Paris, admite 250 estagiários por ano e em Lisboa, cidade muito menor, são anualmente admitidos duas ou três vezes mais, numa impressionante inflação de profissionais.

Quanto ao facto de o Reclamante pretender apenas inscrever-se como estagiário, há que ponderar que o estágio dura 18 meses, divididos em 2 períodos, sendo um de 3 meses, muito absorvente e trabalhoso, e outro de 15 meses, no qual já se podem praticar actos próprios de Advogado muito significativos (ver art.ºs 163.º e 164.º do Estatuto).

Por outro lado, as pessoas que querem obter o estágio é porque pretendem vir a exercer a profissão de Advogado, sem embargo de o poderem vir a abandonar quando alcançam lugares na Função Pública (Magistraturas, Diplomacia, Notariado, Conservatórias, etc.) ou em empresas privadas que impedem a profissão. E não se poderá dizer que só ao fim de 18 meses é que se apura se a pessoa tem qualidades, ou jeito, ou gosto pela profissão. E aqueles que concluem pela afirmativa, procuram a todo o transe inscrever-se como Advogados.

E se razões económicas podem impedir o pedido de licença ilimi-

TRIBUNAIS ARBITRAIS

tada, ou licença sem vencimento — solução possível — não deixa de ser uma forma de tornear a imposição legal.

Em tais condições, archive-se, elucidando o Reclamante, embora sucintamente.

a) O PROVIDOR DE JUSTIÇA,

ORDEM DOS ADVOGADOS LISBOA

PRESIDÊNCIA

Lisboa 18 de Março de 1987

Exmo. Senhor
Dr. Ângelo de Almeida Ribeiro
Ilustre Provedor de Justiça e Bastónio
Av.º Cinco de Outubro, 38
1094 Lisboa Codex

Exmo. Senhor Doutor,
Meu Exmo. Amigo

Apresso-me responder à carta de V. Exa. em referência sobre o estranho pedido para declaração de inconstitucionalidade da norma do Art.º 69, al. i), n.º 1, do Estatuto da Ordem, carta que muito agradeço.

Evidentemente que só posso manifestar a minha total concordância com o lúcido parecer de V. Exa., particularmente eloquente para quem, como V. Exa., esteve na génese do novo Estatuto e conhece a «mens legis» que, no caso, é quase a «mens legislatoris».

De resto as razões envolventes que V. Exa. invoca são hoje ainda mais graves e exigem da Ordem uma posição muito clara.

Com os meus melhores cumprimentos da maior consideração,

O BASTONÁRIO
Augusto Lopes Cardoso

Bem pode dizer-se que em Portugal, até à publicação da Lei 31/86, de 29 de Agosto, um Tribunal Arbitral Voluntário era constituído casuisticamente, ao sabor da ocasião. Para além de acordarem na submissão da resolução de um pleito a árbitros e na escolha destes, escapando, assim, à esfera jurisdicional do juiz que para o mesmo fosse competente, para pouco mais a vontade das partes lhes permitir fugir ao peso que uma decisão judicial de um modo geral representa para cada um que se dirige aos Tribunais. Talvez por isso, este meio de justiça paralela pouco tenha funcionado.

Cada um, ao pedir justiça, quer que esta lhe seja feita com uma celeridade que não se compadece com a burocratização e, pelo menos em certas matérias, por especialistas que procurem a melhor solução para o caso concreto, o que pode em certa medida permitir ao julgador recorrer à equidade e fugir à sombra da hierarquia.

Até aqui o Tribunal Arbitral, uma vez constituído (e até para constituir-se), pautava a sua actuação tendo sempre em consideração uma subordinação quase total à esfera estatal, que fixava as regras dentro das quais os árbitros e as partes, quase apertados num colete de forças, tinham que se movimentar para se obter uma decisão.

Esta tutela estatal tem impedido que no nosso país se tenha recorrido com a frequência desejável ao Tribunal Arbitral, o que não sucede lá fora onde a especialização, a desburocratização, o realismo e até o secretismo têm encaminhado as partes para o recurso aos mesmos.

A arbitragem institucionalizada ou o recurso à arbitragem privada, com regras processuais próprias, libertas das peias que a tutela estatal impõe, tem-se substituído cada vez mais à arbitragem instituída nos Tribunais estatais, de tal modo que o recurso ao Tribunal Arbitral privado é um meio comum de resolução de certos pleitos.

A Lei 31/86 veio, assim, ao encontro da realidade, alterando as regras de funcionamento dos tribunais arbitrais e institucionalizando verdadeiros tribunais arbitrais privados.

Diz o seu art.º 38.º:

«O Governo definirá, mediante decreto-lei, o regime da outorga de competência a determinadas entidades para realizarem arbitragens voluntárias institucionalizadas, com especificação, em cada caso, do carácter especializado ou geral de tais arbitragens, bem como as regras de repreciação e eventual revogação das autorizações concedidas, quando tal se justifique.»

O Dec-Lei 425/86, de 27 de Dezembro, veio dar execução ao art.º 38.º da Lei referida estabelecendo o condicionamento da criação dos centros de arbitragem.

Assim, e nos termos do mesmo diploma, quem pretender promover, com carácter institucionalizado, a realização de arbitragens voluntárias, deve requerer ao Ministro da Justiça autorização para a criação dos respectivos centros (art.º 1.º — 1), expondo as razões que justificam a sua pretensão, delineando o objecto das arbitragens que pretendem levar a efeito (art.º 1.º, 2).

Ao apreciar os pedidos formulados, o Ministro da Justiça deve tomar em conta a REPRESENTATIVIDADE DA ENTIDADE requerente e a sua idoneidade para a prossecução da actividade que se propõe realizar, com vista a verificar se estão preenchidas as condições que assegurem uma execução adequada de tal actividade (art.º 2.º).

O Dr. Manuel Mendes Gonçalves, advogado com escritório em Loulé, pretende criar um centro de arbitragem institucionalizada nos termos do Dec-Lei 425/86, art.º 38.º da Lei 31/86, visando quaisquer litígios que não respeitem a direitos indisponíveis e isso mesmo requereu ao Sr. Ministro da Justiça. A sua representatividade e ido-

neidade para a criação do centro resultariam do bloqueamento judiciário que ocorre na sua comarca e a sua qualificação como advogado.

O Sr. Ministro tem dúvidas sobre se, sendo o requerente um advogado altamente qualificado, de inquestionável idoneidade, o requisito representatividade resulta de uma específica conexão com um sistema de interesses, a que a entidade requerente por alguma forma esteja ligado e «represente». Hipotiza, por outro lado, se a actividade em causa se compagina com a de advogado.

Dá que solicite pareceres, sendo-o quanto à Ordem dos Advogados no plano do enquadramento profissional da actividade.

O que se nos afigura, em primeiro lugar, é que o problema só se põe à Ordem dos Advogados a partir do momento em que seja deferido ao Dr. Manuel Mendes Gonçalves a criação do centro de arbitragem que requereu.

Na realidade, parece-nos que embora com a expressão «entidade representativa» a que se reconhece o direito de requerer a criação de centros de arbitragem institucionalizada o legislador tivesse em vista mais uma entidade co-

lectiva, uma associação empresarial ou profissional do que uma entidade individual, a verdade é que a entidade individual não está excluída.

Se pusermos, por exemplo, o problema do saber se um ex-Bastonário da Ordem dos Advogados ou um ex-Ministro da Justiça preenchem o requisito da representatividade, parece-nos que a resposta tem de ser afirmativa.

Nesta ordem de ideias é sempre possível a um simples advogado reconhecer-se esse carácter de representatividade condicionante do deferimento de uma pretensão desta natureza.

Por conseguinte, e admitindo como hipótese que ao Dr. Manuel Mendes Gonçalves fosse concedida autorização para promover, com carácter institucionalizado, a realização de arbitragens voluntárias, o problema que se põe é o de saber se poderia continuar a exercer a advocacia.

Quer-nos parecer que, embora não contemplada expressamente como incompatibilidade no art.º 69.º, 1, do Estatuto, a verdade é que o seu art.º 68.º refere que o exercício da advocacia é incompatível com qualquer actividade ou função que diminua a independência e dignidade da profissão, e a conjugação

destas duas disposições legais conduzem-nos necessariamente à incompatibilidade.

O legislador, caso a Lei 31/86 e o Dec-Lei 425/86 fossem anteriores ao Estatuto da Ordem dos Advogados, necessariamente incluiria no número das incompatibilidades referidas no art.º 69.º o advogado a quem fosse outorgada a competência para realizar arbitragens voluntárias institucionalizadas.

É essencialmente a mesma, a razão que impede o titular ou membro do órgão de soberania, ao magistrado, o exercício da advocacia. São questões, ainda, de ordem moral e deontológica. São a necessidade imperiosa de garantir a cada um a segurança, a certeza, no exercício da Justiça. Tudo sintetizado no sempre rejuvenescido ditado de que a mulher de César não tem que ser somente séria, tem que parecê-lo também.

A interpretação das normas dos art.ºs 68.º e 69.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, incompatibiliza com o exercício da advocacia, o exercício, por advogados, da promoção, com carácter institucionalizado, da realização de arbitragens voluntárias, previstas na Lei 31/86, de 29 de Agosto e no Dec-Lei 425/86, de 27 de Dezembro.

EDITORIAL (Continuação)

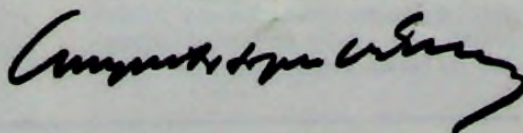
4. Há muito desejada, a COORDENAÇÃO NACIONAL entre todos os órgãos sobre matérias candentes viu iniciado o seu caminho por reuniões globais de representantes deles todos. Cremos que os resultados são os mais frutuozos, como é patente no conjunto de tópicos divulgados pelo *Boletim*. Para além de matérias organizativas, há muito consideradas «tabu», deverei realçar a intensa análise procedida, e a continuar, sobre o importantíssimo tema do ESTÁGIO PARA A ADVOCACIA, destinada a alcançar fases mais aperfeiçoadas, e não menos exigentes, do sistema.

5. A criação de múltiplas COMISSÕES especializadas, de que o *Boletim* tem vindo a dar nota, virá a dar os seus frutos em trabalho concreto muito em breve, como nos vem sendo informado. Esperamos, pois, dar aqui conta disso, até porque a regra de trabalho é, desde início, a de tarefa certa em prazo certo.

6. DA FORMAÇÃO PERMANENTE dos seus membros sempre teria à Ordem de curar com especial empenho. Daí a realização dos primeiros quatro cursos de especialização em Lisboa, de que demos aqui notícia. A participação de mais de 1100 Advogados nessas iniciativas estimula a continuar. Daí o plano de lançar desde Outubro/Novembro novos cursos e também, agora, ciclos alargados sobre matérias jurídicas particularmente oportunas, tendo em conta os diplomas legais que saem em catadupa (contencioso administrativo, Código Penal, Código de Processo Penal, Código das Sociedades Comerciais, Arrendamento).

Muitos tópicos ficam por tratar, e não são os de menor relevo quer o das relações interinstitucionais quer a nível interno quer a nível internacional. A seu tempo, porém, os afloraremos.

Cordialmente

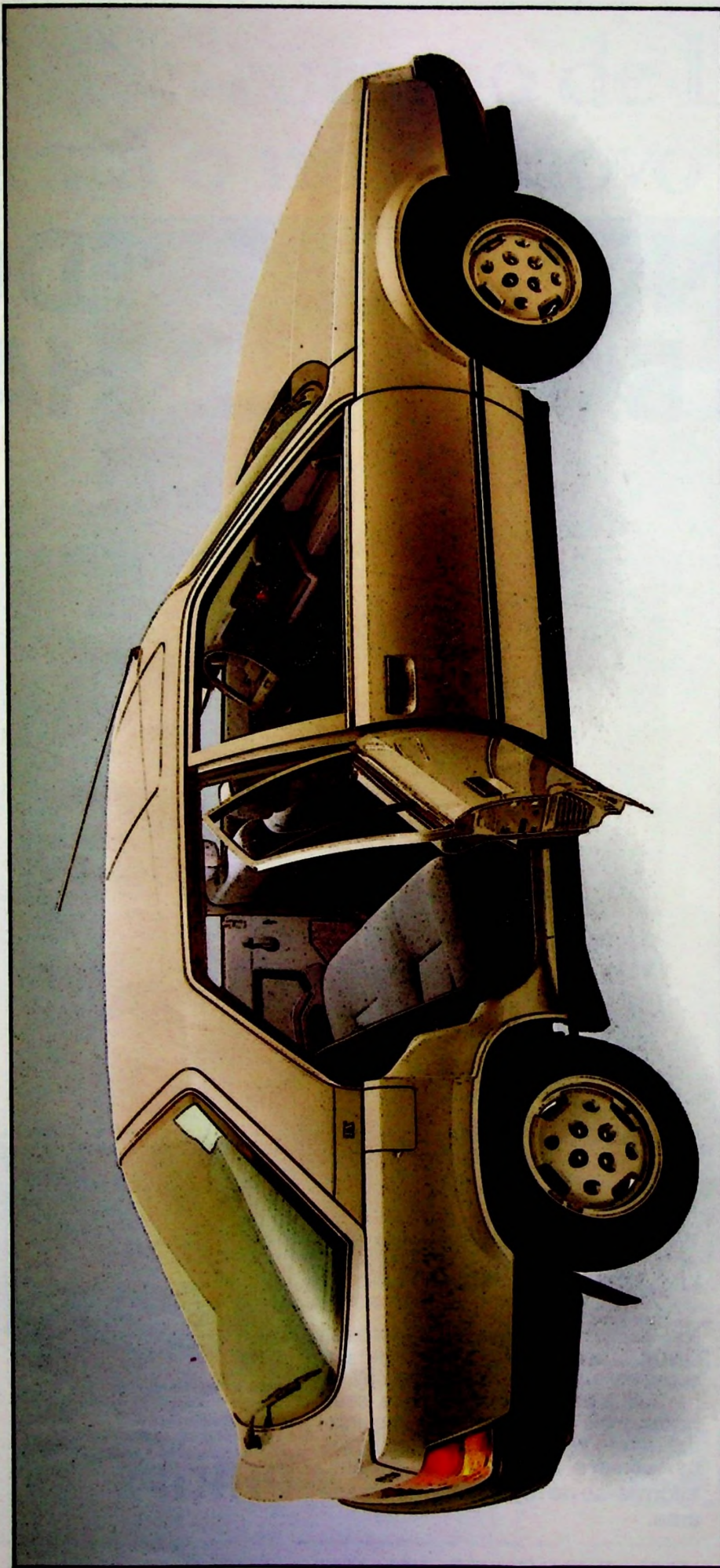


PARECERES — SUMÁRIOS

■ Quer com carácter gratuito, quer remunerado, quer ainda dentro da gratuidade, mesmo quando por fins meramente sociais, aos Advogados está vedado, por força do disposto no artigo 76, n.º 1 e 2 e art. 83, n.º 1-A e E, o exercer mandato simultâneo de comprador e vendedor na formação ou execução do contrato de compra e venda. Sessão de 20/2/87. Relator: Dr. António Pires de Lima.

■ Os Advogados que à entrada em vigor do Decreto-Lei 84/84, de 16 de Março eram assessores de Comissões de Conciliação do Trabalho encontravam-se em situação ilegal, porque impedidos de exercer a advocacia. Sessão de 20/2/87. Relator: Dr. António Pires de Lima.

■ O exercício da advocacia é inconfundível com a actividade de *mediador de seguros*, nos termos do artigo 69, n.º 1, al. e) do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Decreto-Lei 84/84, de 16 de Março, disposição que, apesar de ser excepcional, como todas as disposições sobre incompatibilidades, não pode nem deve ser restringida. Sessão de 6/3/87. Relator: Dr. Orlando Guedes da Costa.



RENAULT 25

Porta aberta para o sonho

Entre num Renault 25. Sinta o requinte e a superior categoria do equipamento e conforto de um carro de prestígio feito a pensar na sua imagem. Conduza um Renault 25. A classe, a potência, a performance, e porque não dizê-lo, o luxo dos seus acabamentos far-se-ão sentir na sua totalidade. Possua um Renault 25. A realidade é uma porta para o sonho.

versões:

V6 Inj., V6 Turbo, TDX e agora também a nova versão **TX**



MICRO-ONDAS PHILIPS

Antes de escolher o seu MICRO ONDAS PHILIPS, você vai compará-lo com os outros. E faz bem. Uma boa compra não deve ser feita ao acaso. Depressa vai descobrir o segredo que só ele tem: o COOK DISC.

ESTE É O NOVO SEGREDO DA SUA BOA COZINHA

O COOK DISC é um sistema exclusivo da PHILIPS que tem várias vantagens sobre os outros micro-ondas. Com o COOK DISC você aproveita todo o espaço do forno, pode usar recipientes de vários formatos e tamanhos, e no fim, limpar é mais fácil.

Mas a grande vantagem do COOK DISC é que ele distribui melhor o calor pelos alimentos e garante o verdadeiro sabor dos seus cozinhados. Para além disso, o MICRO ONDAS PHILIPS descongela e cozinha muito rápido. Assim você economiza energia e sobra mais tempo para si.

TÃO SEGURO QUE ATÉ AS CRIANÇAS PODEM USAR

Os MICRO ONDAS PHILIPS obedecem às mais rigorosas normas de segurança e não têm superfícies quentes. Os seus filhos já podem aquecer aquelas comidinhas que eles tanto gostam, sem estarem sempre a chamar por si.

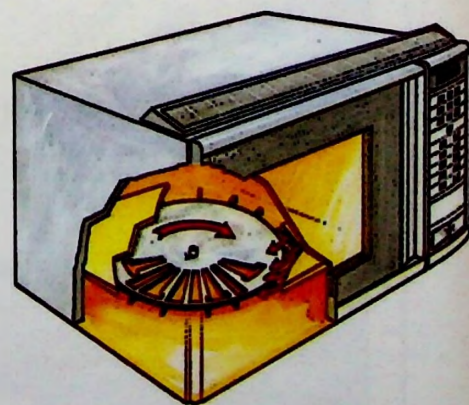
UMA GAMA DOMÉSTICA E PROFISSIONAL DE GRANDE QUALIDADE

A gama de MICRO ONDAS PHILIPS também inclui modelos profissionais. Para um mercado mais exigente, ao qual a PHILIPS responde com a máxima qualidade, sem concorrência e com uma gama completa, que inclui modelos computarizados. Os MICRO ONDAS da gama PHILIPS têm potência regulável e linhas modernas que se adaptam a qualquer cozinha.



O LIVRO DE RECEITAS

Na compra de qualquer MICRO ONDAS, a PHILIPS oferece-lhe um excelente livro de receitas que a ajuda na sua cozinha moderna. Nos seus pratos mais simples e mais requintados. Como vê, com PHILIPS tem todos os segredos para uma boa cozinha. Informe-se no representante da sua área.



PHILIPS



No coração de Lisboa está o nosso novo coração



Na Avenida da Liberdade, 222.
A nossa nova Sede. Um coração que muda de lugar geográfico, mas não de significado.
Da velha R. do Ouro onde, durante mais de um século, pulsou o órgão motor da nossa actividade em Portugal, a Sede do «Banco Inglês», como lhe chamou Eça de Queiroz, é agora transplantada para o moderno edifício LLOYDS BANK, em plena Avenida.
Entre os dois marcos históricos, a evocação de um «Passeio Público» que soube, também ele, adaptar-se às vias do progresso. Um percurso de 124 anos vividos em comum deram ao LLOYDS BANK um profundo conhecimento da personalidade e do mercado português.

Acompanhando os nossos Clientes, os seus negócios e o seu bem-estar, é com orgulho que crescemos com eles. Respeitando o passado e confiando no futuro.

«— Ora aí tens tu essa Avenida! (...)

Num claro espaço rasgado, onde Carlos deixara o Passeio Público, pacato e frondoso (...)

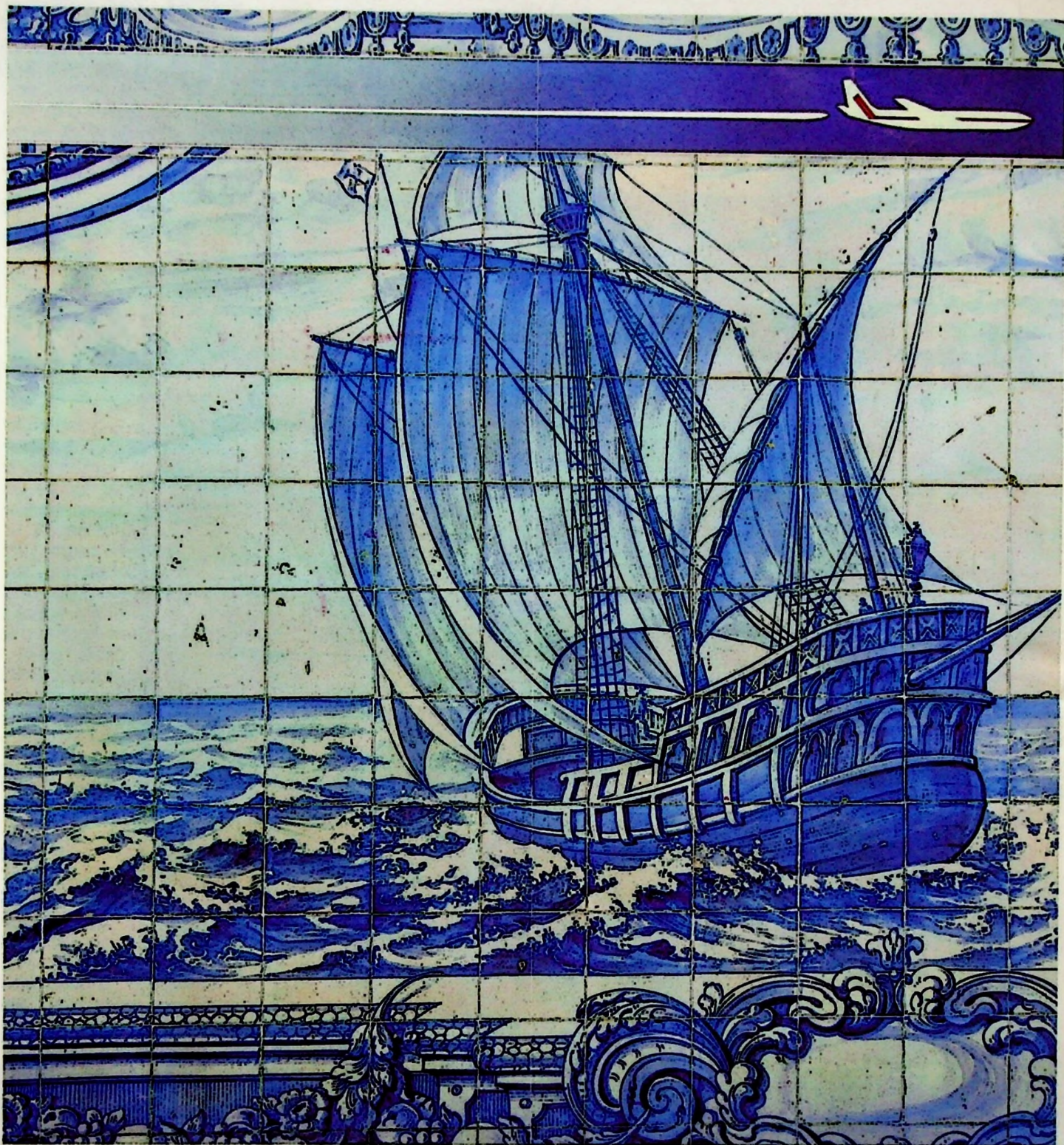
OS MAIAS, Eça de Queiroz



**Lloyds
Bank**

Estabelecido em Portugal desde 1863

A RAÇA DE UM GRANDE BANCO INGLÊS



Azulejos Portugueses, Seculo XVII — Peca d' Arcos, Lisboa, Portugal.

Nascidos da nobreza de uma das mais antigas culturas europeias, os Portugueses possuem intuitivamente a noção da individualidade e da exigência de qualidade. Divulgando a arte de saber receber e de saber viajar.

A Arte e o Saber Viajar

Uma arte que se renova a bordo da Navigator Class — a classe Top Executive da TAP Air Portugal. Um serviço de qualidade internacional e uma atenção diferenciada como só nós sabemos acrescentar.

Uma tradição que se mantém. Com eficiência. Pontualidade. Cortesia.



NAVIGATOR
CLASS
top executive

Saber voar nas asas da História.

TAP AIR
PORTUGAL